

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

VICTOR MARTINS LAGO

PRESERVAÇÃO DE RUÍNAS: um estudo de caso sobre o memorial da Fábrica
Martins & Irmãos em São Luís, MA

São Luís
2019

VICTOR MARTINS LAGO

PRESERVAÇÃO DE RUÍNAS: um estudo de caso sobre o memorial da Fábrica
Martins & Irmãos em São Luís, MA

Monografia apresentada ao curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Estadual do Maranhão – UEMA para
obtenção do grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Profa. Dra. Margareth Gomes
de Figueiredo

São Luís

2019

Lago, Victor Martins.

Preservação de Ruínas: um estudo de caso sobre o memorial da Fábrica Martins & Irmãos em São Luís, MA / Victor Martins Lago. - São Luís, 2019.

86f.: il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Margareth Gomes de Figueiredo

1. Patrimônio Industrial. 2. Ruínas – Preservação. 3. Conservação estratégica. I. Título.

CDU: 725.945(812.1)

VICTOR MARTINS LAGO

PRESERVAÇÃO DE RUÍNAS: um estudo de caso sobre o memorial da Fábrica
Martins & Irmãos em São Luís, MA

Monografia apresentada ao curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Estadual do Maranhão – UEMA para
obtenção do grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Margareth Gomes de Figueiredo (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Grete Soares Pflueger (Coorientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Ma. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo
Centro Universitário Dom Bosco

À memória da família Martins e do meu querido avô, João Guy Marques Martins, que amou e vivenciou o dia a dia da Fábrica.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial aos meus amados pais Dilson Beckman Lago Júnior e Isabella de Amorim Parga Martins Lago pelo cuidado, carinho e apoio durante a elaboração deste trabalho. Ao meu irmão Rodrigo Martins Lago, que me instiga e estimula a crescer sempre.

Aos meus avós paternos Dilson Beckman Lago e Lilia Maria Ferreira Lago e avô materno João Guy Marques Martins que, infelizmente, já faleceram e com os quais não terei o prazer e a honra de compartilhar a alegria da conclusão do ensino superior. Os meus agradecimentos por tudo que por mim fizeram, em vida.

Agradeço, também, à minha querida avó, Sylvia Augusta de Amorim Parga Martins pelos conselhos ao longo do curso, pelos almoços corridos antes das aulas e pelos inúmeros e surpreendentes documentos e fotos da família, que guarda, fundamentais na construção desta monografia.

Registro, ainda, minha gratidão a colaboração de outros membros da família, a João Pereira Martins Neto pela longa conversa sobre a Fábrica Martins & Irmãos e a Cristina Martins Tavares pela amizade, disponibilidade e zelo na correção do texto.

Por fim, agradeço aos meus amigos pelos momentos de descontração, por me escutarem, compreenderem e tolerarem durante nosso convívio de cinco anos. E sobretudo, aos que, de forma solícita, colaboraram com a pesquisa de campo e me acompanharam nos registros fotográficos.

RESUMO

Em 2012, como parte de uma ação mitigadora e compensatória com vistas a receber licença ambiental para mais um empreendimento comercial, o Grupo Mateus implanta um projeto de estabilização das ruínas de 3 (três) casarões do antigo Largo de Santiago, presentes no mesmo espaço. Apesar de ruínas estabilizadas e patrimônio salvaguardado, as estruturas estão desvinculadas do contexto urbano, isto é, sem qualquer aderência à malha viária, à estética e ao paisagismo do entorno do Memorial. Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar se a intervenção empreendida tem inserido, de fato, esse sítio arqueológico na rotina de São Luís de forma a referenciá-lo e a notabilizá-lo perante a população. Para isso, procedemos a um levantamento bibliográfico dos principais teóricos do Restauro e suas posturas interventivas, a pesquisas de campo e à análise documental específica das Ruínas em questão. Como resultado dessa análise, foi possível constatar que as ruínas do memorial Martins & Irmãos aparentam estar novamente entregues à fragmentação e à desestruturação sendo, portanto, necessária a adoção de novas medidas de conservação estratégica.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial. Ruínas. Conservação Estratégica.

ABSTRACT

In 2012 year, as part as a mitigate and compensatory action aimed at receive an environmental license for one more commercial venture, the Mateus Group implemented a project to stabilize three old houses ruins from the old Santiago square. Despite of stabilized ruins and safeguarded heritage, these ruins are disconnected of the urban context, that means, without any relation on the road network, architectural aesthetics and unrelated with the landscaping around the Memorial. Therefore, this research aims to analyze if the implemented intervention have really involved these archaeological site on the São Luis population routine, in order to reference and remarkable for the population. For this, we proceeded to a bibliographical survey of the main theorists of the Restoration and their interventional postures, the field research and the specific documentary analysis of the Ruins in question. As a result of this analysis, it was possible to verify that the ruins of the Martins & Irmãos memorial seem to be once again delivered to fragmentation, disruption and, therefore, the adoption of new strategic conservation measures.

Keywords: Industrial Heritage. Ruins. Strategic Conservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa de São Luís de 1844, ilustração feita a partir do livro “O Maranhão no centenário da Independência”, de J. Ribeiro do Amaral	19
Figura 2	– Divisão da cidade de São Luís por distritos	21
Figura 3	– Sobreposição de mapas para localizar a área pertencente a Praça 1º de Maio	22
Figura 4	– Localização da quinta dos Salgados no mapa de 1844	23
Figura 5	– Fotografias da Família Martins.....	25
Figura 6	– Retrato de João Pereira Martins, pela Revista da Associação Comercial do Maranhão, em 1928	26
Figura 7	– Fachada da Fábrica Martins & Irmãos	28
Figura 8	– Casa do Gerente por volta de 1967	28
Figura 9	– Algodão Hidrófilo produzido pela fábrica, Fotografia de Edgar Rocha, 2013	29
Figura 10	– Esquema ilustrando os benefícios diretos da preservação do patrimônio industrial	34
Figura 11	– Aspectos da instancia histórica defendida por Cesari Brandi.....	43
Figura 12	– Valores de Alois Riegl	46
Figura 13	– Esquema da conservação estratégica defendida por Françoise Choay	49
Figura 14	– Localização do Memorial.....	51
Figura 15	– Placa do Memorial com a fachada presumida da casa 1	52
Figura 16	– Placa do Memorial com a cobertura e planta presumida da casa 1	52
Figura 17	– Pintura de 1990 de autoria de Sylvia Martins Bacelar, neta de João Pereira Martins.....	53
Figura 18	– Placa do Memorial com a planta presumida (direita) da casa 2.....	54
Figura 19	– Placa do Memorial com a cobertura presumida da casa 3.....	55
Figura 20	– Placa do Memorial com a planta presumida da casa 3.....	55
Figura 21	– Azulejo da fachada do sobrado.....	56
Figura 22	– Azulejo que revestiam a fachada do sobrado em exposição no Memorial	56
Figura 23	– Registro fotográfico da Casa de o Bingo, em 2011	58

Figura 24 – Fotografias da Fábrica Martins & Irmãos registradas em agosto de 1967.	58
Figura 25 – Perspectivas da proposta de restauro do casarão 3	59
Figura 26 – Perspectiva e fachada da proposta de restauro do casarão 3.	60
Figura 27 – Perspectiva com vista da cobertura da proposta de restauro do casarão 3	60
Figura 28 – Planta e fachada a edificação do Parque das Ruínas.....	61
Figura 29 – Ruínas da casa térrea	63
Figura 30 – Ruínas do sobrado com Mirante	63
Figura 31 – Acesso que deveria ser usado para visitação do memorial	64
Figura 32 – Mapa indicativo dos acessos às ruínas.....	65
Figura 33 – Circuito realizado no Memorial.....	66
Figura 34 – Passarela e acessos da parte coberta do Memorial.....	67
Figura 35 – Expositor com ladrilhos e o algodão hidr�falo.	68
Figura 36 – Expositor com azulejaria da fachada do casarão 3.....	68
Figura 37 – Expositor com revestimentos e ganchos (armador de rede) encontrados no casarão 3.....	69
Figura 38 – Comparativo da placa em dois semestres do mesmo ano.....	69
Figura 39 – Placas com fotografias e textos ilegíveis.....	70
Figura 40 – Placa localizada em área protegida e que ainda conserva sua imagem.	71
Figura 41 – Mapa de usos do entorno imediato	72
Figura 42 – Mapa de gabarito do entorno imediato.....	73
Figura 43 – Comercio informal e parte das ruínas	74
Figura 44 – Estrutura das ruínas camuflada na paisagem	74
Figura 45 – Entrada da rua das Cajazeiras.....	75
Figura 46 – Visão das ruínas a partir da rotatória	75
Figura 47 – A Rua de Santiago e o Mateus Supermercados.	76
Figura 48 – Fotografia �rea feita por Edgar Rocha, no início do trabalho de Arqueologia em 2013.	77
Figura 49 – Ruínas do Casarão 3 ao fundo das residências.....	78
Figura 50 – Partes da ruína, escondidas pela cobertura de uma oficina.....	78
Figura 51 – Registro noturno das Ruínas no dia 27 de novembro de 2019	79

Figura 52 – Registro noturno das Ruínas no dia 29 de novembro de 2019	79
Figura 53 – Registro noturno das Ruínas no dia 2 de dezembro de 2019	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela com o número de bens pertencentes ao João Pereira Martins no entorno imediato à Fabrica Martins & Irmãos.....	30
Tabela 2 – Tipos de restauro de Camilo Boito	41
Tabela 3 – Premissas defendidas por Giovannoni.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- DPHAP/MA – Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
- ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- TICCIH – *International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE SÃO LUÍS.....	17
2.1	Desenvolvimento urbano, econômico e fabril	18
2.2	A consolidação do Largo de Santiago.....	23
2.3	A Fábrica Martins & Irmãos	24
3	RUÍNAS, PRESERVAÇÃO E ACESSO A MONUMENTOS	32
3.1	Patrimônio industrial e ruínas	33
3.2	O processo de identificação das ruínas	37
3.3	Processo interventivo em áreas arruinadas.....	39
3.4	O acesso a monumentos e a conservação estratégica.....	44
4	O CASO DO MEMORIAL MARTINS & IRMÃOS.....	51
4.1	O processo de aprovação do projeto.....	57
4.1.1	Análise das condições impostas pelo IPHAN	62
4.2	Análise das barreiras físicas e visuais	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A preservação de ruínas é tema complexo e de metodologia não definida. Há quem defenda que essas ruínas devam ser preservadas tal qual se apresentam – recorrendo a intervenções de caráter consolidativo –, mas, há também aqueles que argumentam que as ruínas devam ser restauradas com o objetivo de resgatar a estética e o uso anterior, ou até mesmo, conferir-lhes um novo uso.

Independente da linha de intervenção a ser adotada, certas premissas devem ser mantidas, como a mínima intervenção, a distinguibilidade, o respeito à materialidade e a reversibilidade. Tomadas como parte importante da história de qualquer sociedade e, servindo de testemunho às gerações atuais e futuras, seria incongruente não discutir acerca da preservação das ruínas e os presumíveis benefícios dela advindos em favor da memória humana. É esse o escopo teórico que se pretende realçar neste estudo, cujo marco cronológico é o ano de 2012. Como parte de uma ação mitigadora e compensatória com vistas a receber licença ambiental para mais um empreendimento comercial, localizado na Rua das Cajazeiras, lote nº 288, no centro histórico de São Luís, o Grupo Mateus implanta projeto de estabilização das ruínas de 3 (três) casarões do antigo Largo de Santiago, presentes no mesmo terreno dessa loja. Dos três casarões – vale destacar – um, especificamente, o sobrado azulejado – em cujo sítio, hoje, está edificado o supermercado – foi de propriedade da família Vasconcellos Martins, também titular da Fábrica Martins & Irmãos Limitada, exemplar dos mais representativos do desenvolvimento industrial maranhense até a década de 1960.

A área indicada é de tombamento estadual e o processo tramitou por cerca de três anos, culminando na implantação de um pequeno Memorial que, teoricamente, seria aberto à visitação e cujos objetivos seriam o de divulgar e tornar público o registro desse patrimônio arqueológico, bem como resguardar, ainda que parcialmente, a história do ciclo industrial da cidade.

Ocorre, entretanto, que após quatro anos da inauguração desse Memorial, em 2015, o que se constata é que tais objetivos foram apenas sofrivelmente alcançados. Apesar de ruínas estabilizadas e patrimônio salvaguardado, as estruturas estão desvinculadas do contexto urbano, isto é, sem qualquer aderência à malha viária, à estética e ao paisagismo do entorno do Memorial. Mesmo depois de abertas ao público, as Ruínas da Fábrica Martins & Irmãos – assim nominadas para efeito

dessa pesquisa – permanecem despercebidas pela população. O que se vislumbra de fora é um grande quadrilátero protegido por muradas altas e, ao que tudo indica, de acesso restringido pelo próprio supermercado (fim último da iniciativa empresarial), que se tornou espécie de barreira física ao Memorial. Empecilhos outros têm sido interpostos pela gerência do estabelecimento, sem demonstrar qualquer interesse em franquear o acesso das Ruínas ao público, em divulgá-las como destino cultural ou em promover horários de visitação. Em resumo: o Memorial Martins & Irmãos Limitada não tem logrado desempenhar sua função social, e por essa razão, configura caso emblemático a ser discutido e investigado, uma vez que essas Ruínas – ainda que preservadas – não têm redundado em qualquer benefício ao espaço onde estão implantadas.

Essa pesquisa pretende analisar se a intervenção empreendida de 2012 a 2015, pelo Grupo Mateus, nas Ruínas da Fábrica Martins Irmãos, à luz das condicionantes impostas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) –  rg o vetor das ações de preservação de ativos culturais nacionais e regionais – tem inserido, de fato, esse sítio arqueológico na rotina de São Luís de forma a referenciá-lo e a notabiliz -lo perante as populações nativa e transeunte (turistas).

A pesquisa, de caráter exploratório, produziu análise qualitativa do estado físico atual das Ruínas e da sua relação com o entorno mais próximo. Procedeu-se a detido levantamento bibliográfico centrado em três categorias documentais: publicações de teóricos da Restauração, como os autores Riegl (1984), Ruskin (2008) e Brandi (2004); as Cartas Patrimoniais, como a de Veneza (ICOMOS, 1964), a do Restauo (ICOMOS, 1972) e a de Dublin (ICOMOS, 2011); e, no tocante ao item “patrimônio urbano”, relacionando as Ruínas como monumento, foram utilizadas reflexões de Choay (2006). A metodologia da pesquisa abrangeu pesquisas de campo e análise dos registros específicos às Ruínas em questão.

Além da pesquisa em si – que pretende asseverar, ou refutar, se a ação interventiva nesse sítio histórico afeta seu entorno e a cidade como um todo – esse trabalho tenta demonstrar que é a Arquitetura a área   qual possibilita gerar o conhecimento e o reconhecimento público da história das cidades. A ela cabe, portanto, não apenas cuidar de preservações e restauros físicos ou simbólicos, mas, sobretudo, provocar ou empreender mecanismos concretos de acesso da população

a esses bens. Em outras palavras: a Arquitetura pode e deve ser o intermediador, o facilitador do intercâmbio entre a sociedade e seu passado.

2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO DE SÃO LUÍS

As transformações urbanas e econômicas pelas quais passou a cidade de São Luís no período do século XVIII ao XX foram definidoras para o tecido urbano atual e a configuração espacial que a distinguem. Muitos foram os bairros que nasceram ao longo desses três séculos, alguns já consolidados, outros fragmentados e, outros ainda, sumariamente extintos devido à sua fragilidade frente às dinâmicas impostas pela Modernidade. A respeito do vigor das transformações impingidas a partir dos meados do século XIX, o poeta e teórico de arte Charles Baudelaire comenta, justamente, essa espécie de fluidez que caracteriza essa época e as mudanças nela manifestas. Diz Baudelaire (1996, p. 25), considerado um dos fundadores da tradição moderna: “[...] a Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”. Cabe a nós, pesquisadores, deslindar, entre tais dinâmicas “fluidas” afetas às cidades, identificar esse “eterno e imutável” nominado por Baudelaire. Hoje, as cidades estão estruturadas sobre elementos espaciais que funcionam como resquícios ou fragmentos, por assim dizer, de seu passado e que servem de testemunho da passagem do tempo, dos seus movimentos econômicos, urbanos e sociais, sendo, portanto, crucial inventariar esse apanhado histórico quando tratamos, tal como nesse trabalho, de patrimônio arqueológico.

A cidade de São Luís passou por seguidos ciclos econômicos, entre os quais, um de relativa robustez industrial, no qual se insere a Fábrica Martins Irmãos Limitada. É precisamente compreender a relevância dessas mudanças que fundamenta esse patrimônio e justifica as intervenções a que foi submetido. A Fábrica foi instalada no antigo – e já inexistente – Largo de Santiago e a estrutura industrial da empresa foi, gradativamente, se deteriorando a partir da sua falência financeira decretada em 1968. Já do Largo de Santiago restam alguns poucos vestígios da configuração original, como a atual Rua de Santiago onde se destacam as ruínas dos três sobrados objeto desse estudo e o último fragmento da remanescente Capela de São Tiago, hoje abrigado na Igreja de São José do Desterro.

Este capítulo trata, portanto, do apanhado histórico do ciclo de desenvolvimento econômico e fabril da cidade de São Luís, situando a Fábrica Martins & Irmãos nesse contexto e tratando da sua inserção no mercado local e nacional. Uma vez abordado o desenvolvimento econômico, o aspecto do desenvolvimento urbano

deve ser, forçosamente, investigado, tanto quanto a consolidação urbana da cidade e, principalmente, do entorno imediato à Fábrica, o antigo Largo de Santiago.

2.1 Desenvolvimento urbano, econômico e fabril

Tomados aqui como fatos diretamente influenciadores na história de São Luís, o terremoto e o incêndio ocorridos em Lisboa, no ano de 1755, acarretaram o primeiro surto demográfico local, provocado pela migração dos portugueses após o terremoto e atraídos pela prosperidade da economia maranhense (ANDRADE, 2015, p.29). Esse crescimento econômico é resultado imediato das chamadas Reformas Pombalinas implementadas por Mendonça Furtado¹, entre elas, a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no mesmo ano de 1755. O aumento populacional foi vertiginoso, como relata Ribeiro Junior (1999 *apud* ANDRADE, 2015, p. 29) que em 1720, o contingente de cerca de 1.000 habitantes saltou para aproximadamente 16.580 pessoas, em 1788. Fato que resultou em crescimento urbano também expressivo: até 1750, a cidade estava circunscrita à área da Praia Grande e como limites a Avenida Pedro II, o Largo do Carmo e o bairro do Desterro, tendo esse núcleo se expandido para as atuais Rua dos Afogados, Rua do Sol, Rua da Paz, Rua Grande e Rua de Santana. No entanto, a cidade não havia sido preparada para absorver tamanha transformação, o que acabou gerando agudas deficiências na infraestrutura urbana e sanitária. Apesar do fim da Companhia Geral do Comércio Grão-Pará e Maranhão, em 1778, o Maranhão segue seu movimento desenvolvimentista até o início do século XIX. É o que informa Andrade (2015, p. 30):

[...] durante esse período foram realizadas diversas obras na Capital Maranhense como a construção do Forte da Ponta da Areia, do Quartel do Campo d'Ourique, [...], da Santa Casa de Misericórdia (1814); do Teatro União (Artur Azevedo) na Rua do Sol (iniciado em 1815 e concluído em 1817); [...] Também nesta época foi implantado o Cais da Sagração e realizada a reurbanização das principais praças da cidade.

Na primeira década do século XIX, entretanto, São Luís vive um declínio populacional provocado por condições de salubridade e pelo deficiente saneamento urbano, o que só foi normalizado com a criação, em 1842, do primeiro Código de

¹ Francisco Xavier de Mendonça Furtado ocupava a patente de capitão-tenente da Armada Real e foi enviado ao Brasil em 1751 pelo irmão, Marquês de Pombal, para assumir a função de governador do Estado de Grão-Pará e Maranhão.

pluviais, a necessidade de arejamento dos porões, conjunto de medidas esta que veio impactar a arquitetura da época (ANDRADE, 2015, p. 32).

Portanto, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, apesar de não duradoura, serviu para alavancar a economia, segundo Rolim Filho (2016, p. 24):

[...] o Maranhão, que antes mal produzia algodão para o consumo interno, em 1760, inicia a sua primeira exportação de 130 (cento e trinta) sacas e finaliza o século exportando quase 30.000 (trinta mil) sacas, ou seja, 240 (duzentas e quarenta) vezes mais.

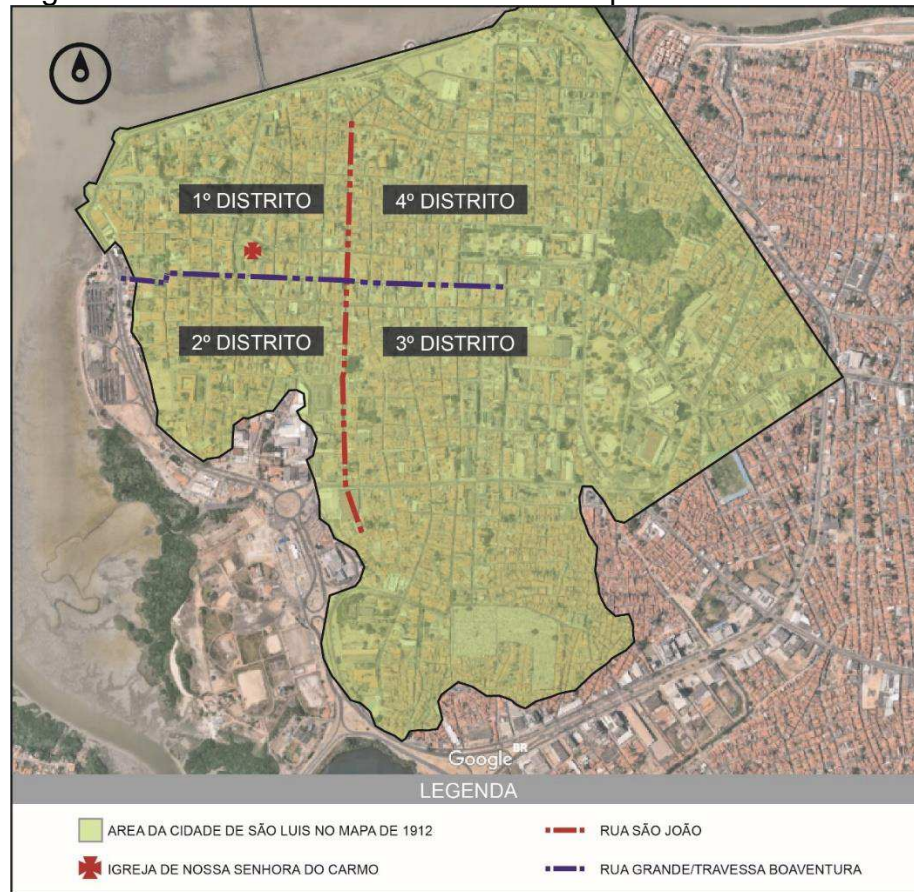
O arroz, também produzido em colônias inglesas e largamente consumido no sul da Europa por não sofrer restrição de nenhum pacto colonial, passa a compor a pauta de exportação do Maranhão (ROLIM FILHO, 2016, p. 25). Entretanto, esse período de prosperidade se revela transitório e o final do século XIX é marcado pela estagnação da demanda mundial por arroz e algodão. Diversos fatores contribuíram para isso: o cenário mundial, o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, a Guerra do Paraguai, a vigência de decretos como a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, e, posteriormente, a Lei Áurea, publicada em maio de 1888. Com a extinção da mão de obra escrava nas lavouras e a queda na exportação de itens agrícolas, o capital financeiro da burguesia rural passa a ser investido na produção primária local, ou seja, ocorre a reorientação do mercado para a extração de óleos vegetais, como o babaçu, abundante na região. Germano (2015, p. 80) conta que “[...] a agroexportação estava em amplo declínio e a economia local, à beira do colapso. Por isso, o capital sobrevivente foi transferido para as indústrias em uma clara tentativa de salvar a economia provincial/estadual”.

As fábricas foram instaladas na periferia da cidade expandindo os limites da urbe, tendo ao sul, pela proximidade de fontes de água potável e facilidade de escoamento da produção pelos portos e praias, a instalação de quatro grandes indústrias têxteis: a Companhia de Lanifícios Maranhenses, depois substituída pela Fábrica Santa Amélia, a Fábrica Progresso, a Fábrica São Luís e a Cânhamo. (ANDRADE, 2015, p. 32)

Em 1891, ocorre a reorganização espacial de São Luís em 4 (quatro) distritos: a zona Leste limitada da Oeste pela Rua de São João, e os distritos Norte e Sul, separados pela Rua Grande até o Largo do Carmo, seguindo pela Rua do Quebra-Costa e o Beco do Boaventura. Para erguer suas sedes, as fábricas recém-instaladas aproveitam restos de material construtivo da técnica tradicional portuguesa (pedra e cal) e, próximo a elas, nascem os bairros operários, como o da Madre Deus,

cuja peculiaridade é a autoconstrução, adaptando a tipologia porta-e-janela (ANDRADE, 2015, p. 35).

Figura 2 – Divisão da cidade de São Luís por distritos



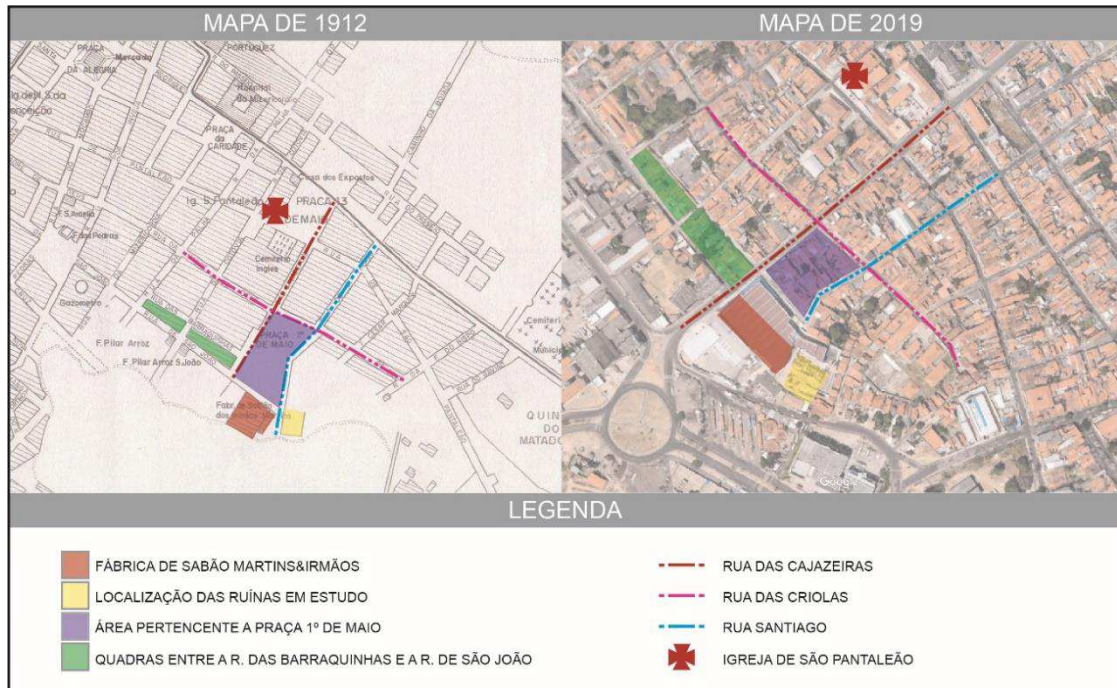
Fonte: Produzido pelo autor (2019).

Entre os anos de 1935 e 1947, no período da Era Vargas e sob o governo estadual de Paulo Ramos e municipal de Pedro Neiva de Santana, São Luís vive a uma renovação urbana bastante acentuada, traduzindo decisões políticas de fazer florescer o ambiente urbano com o propósito de aproximá-lo ao máximo da capital do País, o Rio de Janeiro. São desse período a abertura das Avenidas Magalhães de Almeida e Getúlio Vargas, a reforma paisagística de praças e jardins públicos e a criação do Serviço de Salubridade das Habitações. É quando também se inicia a urbanização do Largo de Santiago – mais precisamente, com a Praça 1º de Maio –, concebido para abrigar 26 (vinte e seis) casas e em cujos arredores se instala a Fábrica Martins & Irmãos Limitada.

Com o propósito de delinear o mais fielmente possível a quadra loteada no antigo Largo de Santiago, esse estudo recorreu à sobreposição de mapas

inventariados, identificando os principais pontos em comum: o primeiro mapa data do ano de 1912, de autoria de Justo Jansen Ferreira, e o segundo mapa é uma imagem satélite do Google, de 2019.

Figura 3 – Sobreposição de mapas para localizar a área pertencente a Praça 1º de Maio



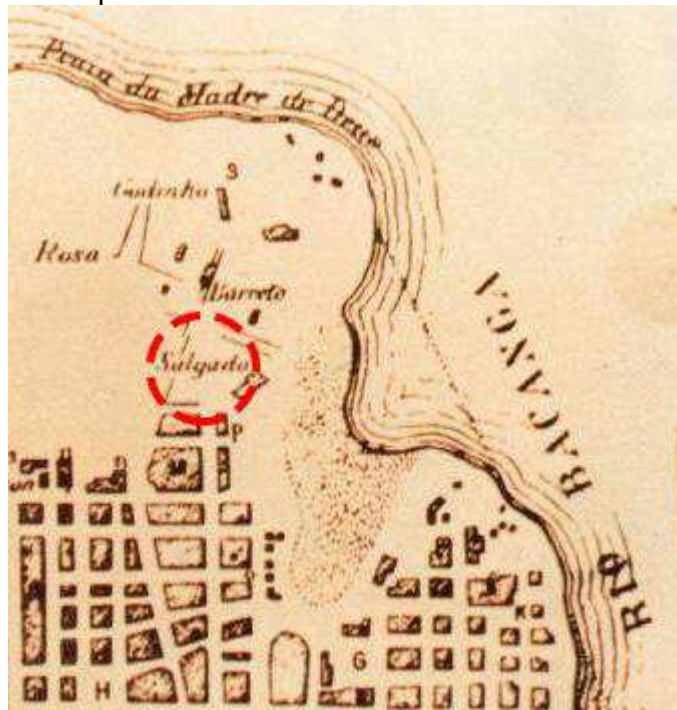
Fonte: Produzido pelo autor (2019).

A partir do cruzamento dos itens listados na Figura 3, chegou-se à localização e à identificação do loteamento do Largo de Santiago erguido no governo de Paulo Ramos. O quadrilátero está limitado pelas seguintes vias: Rua das Cajazeiras, Rua das Crioulas, Rua Santiago e Rua Coronel Frederico Figueiras, essa última, projetada especialmente para divisar o novo loteamento da área de propriedade da Fábrica Martins Irmãos. Outro aspecto realçado pela sobreposição dos mapas é a interrupção na Rua de Santiago: no mapa de 1912, a via era adstrita ao leito do Rio Bacanga e, em 2019, a mesma rua termina na intersecção com a Coronel Frederico Figueiras, traçado que, aparentemente, nada tem a ver com o loteamento então erguido.

2.2 A consolidação do Largo de Santiago

A região conhecida como Largo de Santiago é parte relevante da história urbana de São Luís e está diretamente ligada ao sítio onde se situam as ruínas da Fábrica Martins & Irmãos. O Largo adotou essa toponímia em razão da capela de mesma designação, alocada em propriedade particular conhecida como Quinta dos Salgados, cujo primeiro titular foi José Salgado de Sá Moscoso. Assim está descrita a localização dessa propriedade: “[...] nos arrabaldes da cidade, rodeada de árvores, numa pequena elevação, que em plano inclinado vai terminar no mar” (MARQUES, 1970 *apud* ANDRADE, 2015, p. 40).

Figura 4 – Localização da quinta dos Salgados no mapa de 1844



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Considerada zona periférica da cidade, estava situada “nos confins da cidade, perdida no extremo sul, ainda quase mata virgem, entre o lamaçal mal odorante do Rio Bacanga e os apicuns pragueiros da Quinta do Gavião”. (MEIRELLES, 2012 *apud* MOTA, 2015, p. 58). Nessa propriedade, estava edificada a Capela do Senhor São Tiago, restando abandonada por anos seguidos, até que, em 1848, com a ajuda do capuchinho Frei Doroteu de Dronero, a capela e mais algumas casas próximas foram transformadas em hospício regular ou casa de repouso

(ANDRADE, 2015, p. 40) e que, ao que tudo indica, é a terceira ruína em estudo, essa com 3 (três) pavimentos que serviam de moradia aos frades responsáveis pela Capela. (MELO NETO, 2015, p. 15).

O Largo, a partir de 1852, após a instalação de um altar destinado a Santa Severa, ficou muito conhecido pelos festejos em homenagem à Virgem Mártir. A capela e o hospício ficaram sob os cuidados dos frades até a morte de Doroteu de Dronero, em agosto de 1868. Por um tempo, as propriedades foram alvo de disputas judiciais, das quais saiu vitorioso Dr. Raimundo Decio Salasar, que logo vendeu a Igreja e o terreno próximo. Em 1878, a Capela estava consumida pelas péssimas condições físicas e fora desativada. Andrade (2015, p. 42) nos conta que

[...] hoje, o único resquício da antiga Igreja de São Tiago é uma pedra em mármore com inscrições, que ficava por cima da porta principal a qual se encontra recolhida na Igreja de São José do Desterro, no bairro do mesmo nome.

Em 1860, muitas propriedades da família Salgado foram leiloadas, inclusive, algumas localizadas no Largo de Santiago e na Rua de Santiago. Acredita-se que seja dessa época a aquisição da propriedade pela família Martins, isso presumido, principalmente, pelo fato de que é desse ano a instalação de algumas fabricas na região. Por conta desses emergentes empreendimentos fabris, novas ruas foram abertas até lá, das quais, a primeira foi a Rua São João e a segunda, chamada Caminho Velho da Madre de Deus, é a Rua Cândido Ribeiro, ambas existentes até hoje.

2.3 A Fábrica Martins & Irmãos

No século XIX, o português do Distrito de Aveiro, Manuel Pereira Martins se instala em São Luís vindo de Morros, onde já produzia sabão, para começar, na capital, o fabrico de sabão de andiroba. O empreendimento se inicia em 1871, quando funda sociedade com a Fábrica Motta & Martins, situada no Largo de Santiago, nº 3 e na Rua do Quebra-Costa. Em 1873, o negócio mudara de formato: “[...] dois anos depois de se tornar sócio da fábrica de sabão do Largo de Santiago, Manoel Pereira Martins tornou-se proprietário único e associou-se à fábrica de arroz” (GERMANO, 2015, p. 87). Note-se: a produção de sabão no século XIX era a segunda mais importante; a primeira era de arroz.

Depois da pilação de arroz, a indústria mais importante era a de sabão, artigo que importávamos em larga escala da Inglaterra, apesar das três fabricas que possuíamos. Uma pertenceria à firma Bottentuit & Chavanes, ficava à rua do Pespontão, servida por força a vapor e produzia 2.000 libras de sabão, 100 de velas estearinas e 250 frascos de azeite; a outra era de Lázaro Moreira de Sousa, sita na praia dos Remédios, com produção mensal de 32.000 libras de sabão amarelo e 60 caixas de sabão branco; e a terceira, situada no largo de Santiago, era propriedade de Manuel Pereira Martins (VIVEIROS, 1954, p. 160).

Ao que tudo indica, Manuel Pereira Martins teria comprado uma das fabricas de arroz implantadas no Largo de Santiago, começando sua produção de arroz e de sabão. O negócio, a princípio, fora registrado no Almanak Administrativo da Província do Maranhão como “Manoel Pereira Martins, L. de Santiago”. Só mais tarde, ainda na década de 1870, é que a empresa adota o nome Martins, Irmãos & Cia. Atestam relatos que nesse século, “[...] os trabalhadores das fábricas, em sua maioria, eram escravos, porém é admissível que alguns trabalhadores já fossem forros ou livres” (MOTA, 2015. p. 56). Segundo Viveiros (1954, p. 563), “[...] Manoel Pereira Martins empregava 40 operários em sua empresa”.

Figura 5 – Fotografias da Família Martins

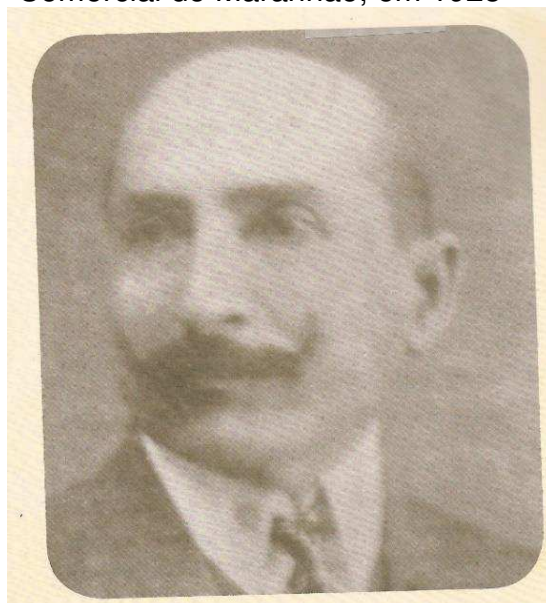


Fonte: Melo Neto (2015).

Com a baixa dos preços do arroz e do algodão no mercado internacional, o cenário local de negócios precisou ser redirecionado e a alternativa recaiu sobre

novas matérias-primas como o óleo de babaçu. Apesar disso, manteve-se nas fábricas a pilação do arroz, só que em escala reduzida. A industrialização de São Luís é, em termos gerais, problemática, uma vez que as manufaturas não nasceram como um fator de incremento econômico, a exemplo do que ocorreu na Região Sudeste do Brasil. Diferente disso, o modelo fabril maranhense foi implantado como mecanismo de solucionar a crise econômica ora consolidada (GERMANO, 2015, p. 80). Não é errôneo afirmar que, no século XX, esse sistema industrial de São Luís é fortemente ameaçado também pela pujança desenvolvimentista do Sudeste. Não foi diferente com a Fábrica Martins & Irmãos, que manteve a produção do arroz, mas, diversificou o portfólio de produtos valendo-se da extração dos óleos vegetais, como o de andiroba, de algodão, de mamona, de gergelim e de babaçu. A composição dessas diferentes essências é o que destacou a marca Martins das concorrentes: o sabonete agradava mais porque tinha a propriedade de reter a umidade por mais tempo. Em 1873, o produto já fazia sucesso na cidade e a produção da fábrica já superava as demais. Eram correntes os comentários – e a reputação – de que aquele sabonete, pela superioridade do fabrico, mais se assemelhava aos equivalentes franceses. É esse o contexto em que Manuel Pereira Martins decidiu convidar o irmão, João Pereira Martins, residindo em Aveiro, para assumir com ele os negócios da família no Maranhão.

Figura 6 – Retrato de João Pereira Martins, pela Revista da Associação Comercial do Maranhão, em 1928

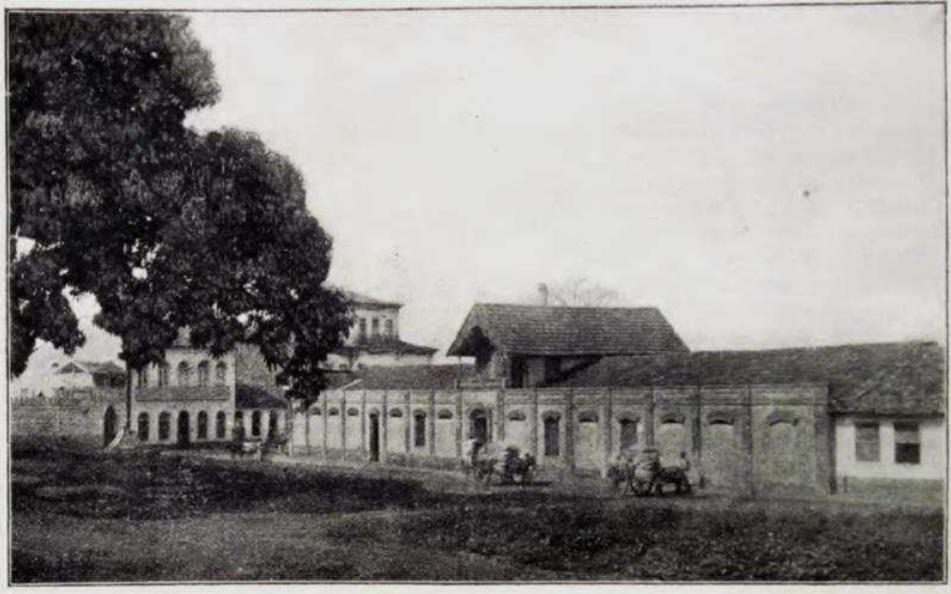


Fonte: Melo Neto (2015).

Retomando: no final do século XIX, forçada pelo declínio dos preços do algodão e do arroz, a Fábrica Martins & irmãos se lança à diversificação dos seus produtos, apesar de mantida a pilação do arroz em menor escala. A extração de óleos vegetais e a produção do sabão, portanto, absorvem a linha de produção, o que faz da Martins & Irmãos pioneira em extração do óleo de babaçu, para o que João Pereira Martins comprou na Inglaterra todo o maquinário necessário para processar as amêndoas do coco babaçu provindas do Vale do Mearim e transportadas até a capital por barcos ribeirinhos. Há indícios claros de que a Martins & Irmãos chega ao seu apogeu no final do século XIX, como registra matéria publicada no *Álbum Ilustrado da Alfaiataria Teixeira*, em 1899: “[...] entre os bons estabelecimentos produtores que possui o Maranhão, acha-se, em primeiro lugar no seu gênero, a fábrica dos Srs. Martins & Irmãos, destinada a preparação de óleos, sabão, velas e arroz” (*ÁLBUM...*, 1899). Essa prosperidade, ao que tudo indica, teve a contribuição do fato de a família Martins se instalar em São Luís na segunda metade do século XIX, quando o mercado, em crise, se reorganizava. Sem dívidas nem litígios e donos de uma empresa relativamente nova, os Martins tiveram facilidade em readequar seu negócio ao novo modelo de mercado com mais rapidez que as firmas de sucesso do primeiro ciclo do arroz. O artigo supracitado também descreve a arquitetura da sede da Fábrica Martins & Irmãos, inclusive, seu entorno:

[...] este edifício de architectura apropriada está situado em um plano inclinado, numa área de 3500 metros quadrados, à beira do Largo de S. Thiago, confinando com a margem direita do rio Bacanga. [...] Tem duas entradas, uma para o tranzito dos operários, que é a principal, e outra para a passagem dos carros, que fica à esquerda lateral. A porta principal dá ingresso ao vasto armazém que serve para deposito das sementes oleaginosas; em seguida desce uma larga escadaria que conduz ao centro do estabelecimento onde abre-se um grande pateo, [...]. Ao lado direito do ângulo, estão as machinas extractoras do óleo. Esse serviço, [...], ocupa o 1º e 2º pavimento que bastante espaçoso, dá logar também ao fabrico do sabão. A esquerda num salão apropriado estão colocadas as caldeiras e machinas motoras, e ao lado, a fábrica de pilar arroz. [...]. Junto ao estabelecimento acha-se o escriptorio e em seguida a habitação do gerente a qual constitue uma vivenda bastante confortável, circulada de árvores e canteiros bem cultivados (*ÁLBUM...*, 1899).

Figura 7 – Fachada da Fábrica Martins & Irmãos



Fonte: Álbum... (1899).

O último ambiente descrito no artigo – qual seja, a habitação do gerente – é exatamente um dos edifícios arruinados, objeto desse estudo. O texto indicado acima também insere uma imagem da Fábrica em 1899 (Figura 7), na qual, ao fundo, é possível notar os mesmos elementos descritos: o sobrado que servia de morada à família Martins, um edifício do tipo meia-morada e um maior com 3 (três) pavimentos, onde possivelmente funcionou a casa de repouso dos frades, já mencionada nessa pesquisa.

Figura 8 – Casa do Gerente por volta de 1967



Fonte: Acervo da Família (2019).

A partir do século XX, a Fábrica amplia a sua linha de fabrico e lança mais dois produtos: gelo e algodão medicinal, esse, inicialmente, proveniente das partes ribeiras do Itapecuru e do Mearim e depois, do Ceará e do Rio Grande do Norte. O Álbum, do Estado do Maranhão, de 1923, registra a nova atividade em uma edição de três páginas com fotografias das vistas interna e externa da Fábrica, que pelo material consultado, já havia passado por reformas físicas: nessa publicação, a Fábrica tem 3 (três) chaminés e se observa a fachada mais limpa que a registrada pelo Álbum da Alfaiataria Teixeira.

Sobre a produção de gelo, João Pereira Martins Neto, em entrevista a Antônia da Silva Mota, conta que, nas cercanias do terreno da Fábrica, havia uma fonte de água canalizada cujo PH era próximo de 7 (sete). Os administradores, atentos à força da atividade pesqueira na cidade, deduziram a óbvia necessidade de vender gelo para produtores e consumidores do pescado. E assim, incrementaram a produção com a importação dos equipamentos (MOTA, 2015, p. 66).

A Martins & Irmãos possuía uma localização geográfica privilegiada, foi edificada às marges do Rio Bacanga, o que facilitava o recebimento de matérias-primas que adentravam pela Baía de São Marcos, [...]. Por outro lado, estava bem próximo o principal porto de São Luís, por onde eram distribuídos para o interior maranhense e mercados regional seus produtos: o gelo, o sabão e os produtos que representavam (óleo diesel e querosene). Por essa via também exportava para o mercado internacional o óleo, a torta de babaçu e o algodão, principalmente para Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Holanda (MOTA, 2015, p. 72).

Figura 9 – Algodão Hidrófilo produzido pela fábrica, Fotografia de Edgar Rocha, 2013



Fonte: Melo Neto (20b15).

A presença da Martins & Irmãos modificou a dinâmica urbana da região. É quase natural que no século XIX os bairros operários se desenvolvessem próximo a instalações fabris. No Largo de Santiago – da Rua de Santa Rita até a Igreja de São Pantaleão – não foi diferente, era imenso o contingente de trabalhadores que residia em casas cujo aluguel era custeado pelos donos da Fábrica.

Em 1957, após o falecimento de João Pereira Martins, dá-se o Formal de Partilha dos seus bens em favor da viúva, Alice de Vasconcelos Martins no mesmo ano. É o que resume a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Tabela com o número de bens pertencentes ao João Pereira Martins no entorno imediato à Fábrica Martins & Irmãos

RUAS	NÚMERO DO IMÓVEL	QUANTIDADE
Rua Antonio Rayol (antiga São João)	Nº 708, Nº718 e Nº728	3
Rua de Santiago	nº 106 (10), nº 414 (13), nº 90 (14), nº 420 (15), nº 85 (16), nº147 (17), nº 82 (18), nº 153 (19), nº79 (20), nº157 (21), nº62/72 (22), nº67 (24), nº57 (26), nº80/60 (28), nº36 (36), nº41 (38), nº31 (40)	17
Rua Candido Ribeiro (conhecida também por Rua das Criolas ou Madre Deus)	nº480 (64), nº681 (175), nº685 (177), nº701 (183), nº741 (197), nº743, nº756 (124), nº762 (126), nº766 (128), nº770 (130), nº804 (132), nº850 (118)	12
Rua Coronel Frederico Filgueiras (antiga Rua das Barraquinhas)	nº129 (27), nº190 (52), nº194 (54), nº198 (56)	4
Rua São Pantaleão	nº 640 (138/132), nº737 (155), nº741 (157), nº881 (143), nº1.201 (1.195)	5
TOTAL:		41
<ul style="list-style-type: none"> • observação 1: os números entre parenteses correspondem ao número anterior do imóvel; • observação 2: os números em azul constam no registro com mais de uma numeração. 		

Fonte: Produzido pelo autor (2019).

É importante ressaltar que os imóveis indicados na Tabela 1 – cuja numeração data de 1957, podendo não corresponder à atual. – são apenas os que se situam no entorno imediato à Fábrica, havia muitos outros bens de propriedade do industrial espalhados pela cidade. Os indicados acima, na maioria, eram do tipo porta-e-janela e meia-morada. Havia também muitos outros terrenos sem edificações na Rua Candido Ribeiro, na Rua das Cajazeiras e na Rua São João, hoje a Antônio Rayol. A maioria desses imóveis fora doada por João Pereira Martins aos operários da Fábrica, principalmente, os localizados na Rua de Santiago, onde também se situava o sobrado dos Martins.

Outra modificação de ressalto é a mudança na própria paisagem, apontada neste registro: “[...] segundo João Pereira Martins Neto, toda a área do entorno da antiga fábrica foi aterrada com resíduos das caldeiras” (MOTA, 2015, p. 67), caldeiras essas alimentadas por feixes de lenha de mangue, grande parte proveniente do Igarapé do Anil e vendida como alternativa de renda de muitos trabalhadores, incentivados pelo metro linear da lenha ao custo de R\$ 2.000 (dois mil réis).

A partir da década de 1920, quando a Associação Comercial do Maranhão lançou o primeiro número de sua revista, a fábrica Martins, Irmão & Cia. investiu mais no seu sabão, bem-sucedido desde o início da fábrica, 50 anos antes. Devido às alianças comerciais com empresas estrangeiras, principalmente europeias, o sabão Martins ganhou o mercado europeu naquele período (GERMANO, 2015, p. 89).

Na segunda metade do século XX, com o desenvolvimento industrial do Sudeste brasileiro – em razão do alto incentivo fiscal – as fábricas dessa região ofertavam produtos com preços mais competitivos, o que foi decisivo para o declínio do ciclo do babaçu, atingindo diretamente as fábricas maranhenses, que não recebendo qualquer incentivo do governo, entraram em decadência. “Enquanto no século XIX, o lamento era pelo declínio da agroexportação, no século XX, o lamento era pelo colapso da indústria” (GERMANO, 2015, p. 97).

O colapso das fábricas maranhenses foi um grande prejuízo, não só no sentido econômico, mas, sobretudo, social. No primeiro, a perda seria para os empresários principalmente, no segundo para os operários. Para Cesar About [Diretor superintendente da velha fábrica de tecidos Santa Isabel], ‘o Maranhão tinha tudo para prosperar, e talvez não se encontrasse hoje nesse caos, com milhares de pessoas desempregadas’ (GERMANO, 2015, p. 99).

A Martins & Irmãos recorreu a uma série de alternativas para se manter no mercado, a começar pelo envio para o exterior da sua nova geração de administradores para estudar e conhecer *in loco* as modernas indústrias do Primeiro Mundo. Outra tentativa foi adotar o triplo turno de trabalho, recebido com estranheza pelos operários, acostumados à dupla jornada. “A família Martins empenhou todos os seus bens no intuito de salvar o seu negócio, [...]. Nesse processo, perdeu não só a fábrica como todas as propriedades dos donos.” (MOTA, 2015, p. 75). Em 21 de dezembro de 1968, a Martins & Irmãos fecha suas portas, encerrando sua história de pioneirismo e de arrojo econômico para o Maranhão.

3 RUÍNAS, PRESERVAÇÃO E ACESSO A MONUMENTOS

Uma vez elucidado o contexto de transformações econômicas e urbanas ocorridas em São Luís, segue-se agora a aprofundar a discussão referente a patrimônio. Linguisticamente, o termo designa “[...] aquilo que é transmitido de pais e mães aos filhos”, semelhante ao que entendemos por herança, mas não é o mais utilizado. Hoje, a palavra é relacionada a semântica mais específica, isto é, a Patrimônio Histórico, entendido com um bem comumente associado a edifícios resultantes de uma produção local e carregada de identidade que são deixados por uma geração a outras.

Patrimônio Histórico é a expressão que, segundo Choay (2006, p. 11), “[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias”. Ou seja, o patrimônio deixa de ser um tipo de herança local e limitada – da qual se beneficia apenas a comunidade responsável pelo bem – para assomar proporção mundial, constituindo herança histórica do mundo para o mundo e da qual todos devem cuidar.

Até por volta da década de 40, não era considerado patrimônio histórico todo e qualquer tipo de bem. A Primeira Comissão dos Monumentos Históricos, constituída na França, em 1937, classificava como patrimônio histórico apenas as igrejas e alguns castelos medievais e os bens remanescentes da Antiguidade, na maioria, já bastante fragmentados. Com o passar dos anos, os acervos históricos foram sendo ampliados e mais objetos incorporados à lista, apesar de muitos considerados de “arquitetura menor” por não apresentarem caráter monumental, pois geralmente não contavam com a cooperação de arquitetos (CHOAY, 2006, p. 12). A título de informação para esse trabalho, vale destacar que só em 1986 é que o patrimônio industrial passa a constar na lista da Comissão Superior dos Monumentos Históricos.

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra “a lista” do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco (CHOAY, 2006, p. 13).

A citação acima vale destaque, visto que não se pode compreender o bem como patrimônio isolado, desconsiderando o entorno e o contexto no qual está

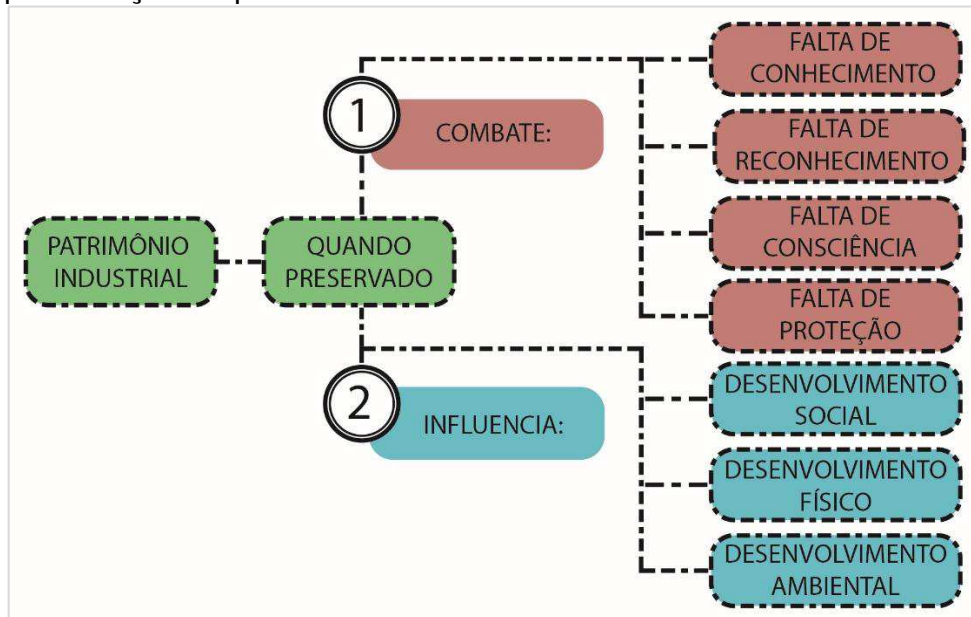
inserido, embora o que se observa é que, na maioria das vezes, a consolidação e a preservação desse patrimônio são executadas sem levar em conta esses aglomerados. A citação antecipa a abordagem a ser tratada no próximo capítulo, que denuncia o quão desconectadas do seu entorno estão as ruínas da Fábrica Martins & Irmãos.

Tomado o conceito de patrimônio e entendida a dimensão que adquire, para o propósito desse estudo, cabe aprofundar os temas deste tópico, que são: patrimônio industrial e ruínas. A análise seguinte explicita os fundamentos de que se vale esse estudo e os processos que lhe deram suporte. Os tópicos seguintes serviram de balizadores para toda a análise feita no capítulo 4.

3.1 Patrimônio Industrial e Ruínas

A industrialização esteve – ou ainda está – presente na formação de muitas cidades. Em algumas, o patrimônio industrial permanece em atividade, ao passo que em outras tantas, esse aglomerado não passa de “bloco” arqueológico ou material: representado, na maioria das vezes, por ruínas, seja da própria estrutura edificada ou do maquinário ali outrora presente, seja por expressão imaterial, como o saber fazer, o desenvolvimento social e a memória da população. Pode-se dizer que essa vertente de patrimônio, aqui estudada, está, atualmente, ameaçada pela contemporaneidade, e diversos são os fatores geradores desse fato: conhecimento, reconhecimento, consciência, proteção, economia em mutação, percepções negativas e o ambiente no qual esse patrimônio está inserido (ICOMOS, 2011). Cabe ressaltar que ameaças e fragilidades comuns ao patrimônio industrial são – e devem ser – tomadas como gatilhos para sua preservação, acarretando desenvolvimento social, físico e ambiental.

Figura 10 – Esquema ilustrando os benefícios diretos da preservação do patrimônio industrial



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

A falta de conhecimento – ou de informação – do patrimônio industrial é das suas maiores vulnerabilidades, daí ser fundamental para sua conservação investigar os sítios, a paisagem, a história, compreender e analisar detidamente essas estruturas tão intimamente interligadas ao bem em questão. Soa óbvio, mas, é essencial que se afirme e que se entenda que o conhecimento é o caminho para a identificação do seu significado e do seu valor patrimonial. A esse respeito, a Carta de Dublin discorre:

[...] o significado e o valor do patrimônio industrial são específicos das estruturas ou dos próprios sítios, do seu tecido material, das suas componentes, da sua maquinaria e contexto, expressos na paisagem industrial, na documentação escrita, e também nas dimensões imateriais contidas nas memórias, artes e costumes (ICOMOS, 2011).

Mas afinal o que é patrimônio industrial? Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, viu-se crescer a valorização do patrimônio industrial em âmbito internacional, muito por iniciativa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e do Comité Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) ao adotarem a Carta de Nizhny Tagil (2003) que defende o patrimônio industrial como referência internacional para conservação dessas áreas. Segundo os Princípios de Dublin (2011), patrimônio industrial abrange:

[...] os sítios, estruturas, complexos, territórios e paisagens, assim como os equipamentos, os objetos ou os documentos relacionados, que testemunhem os antigos ou atuais processos de produção industrial, [...]. Este patrimônio compreende ativos fixos e variáveis, para além de dimensões imateriais, tais como o saber-fazer técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades, as quais provocaram decisivas mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral (ICOMOS, 2011).

Se for aplicado esse conceito ao objeto desse estudo e constatado que as estruturas físicas e arquitetônicas da Fábrica Martins & Irmãos – juntamente com o maquinário e a atividade – já não existem mais, como seria possível considerar as ruínas dos sobrados aqui analisados exemplares de patrimônio industrial? A resposta reside no próprio texto da Carta: essas estruturas adentram as características de patrimônio por integrarem o complexo e as dinâmicas que compõem o entorno imediato à Fábrica, essas estruturas anexas, por assim dizer, estão incorporadas à definição da Carta de Nizhny (TICCIH, 2003) como “[...] locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação”.

Esse mesmo documento ainda acrescenta que são três os valores que distinguem esses sítios por terem sediado, remotamente, atividades que carregam consigo um testemunho histórico. O primeiro valor é o social, no qual estão expressas a participação e a importância desse patrimônio no desenvolvimento da sociedade, na formação da sua identidade e por interferir, diretamente, na vida de muitas pessoas que ali desempenharam atividades diversas. O segundo valor é o tecnológico e científico, que identifica, no caso em estudo, o pioneirismo, a técnica e a cultura de produção da Fábrica Martins & Irmãos. Esse valor afeta o desenvolvimento econômico e cultural, já que reflete o saber-fazer individual. O terceiro valor é o estético, marcado pela arquitetura, pelo design e pela concepção das edificações.

Já se disse que o patrimônio industrial, na maioria das vezes, apresenta uma atividade extinta, e principalmente, estruturas não intactas. É comum, nesses edifícios, a presença de áreas arruinadas atribuídas de potenciais arqueológicos enormes e que também precisam ser preservados, mesmo que seus valores sejam confundidos. Ora, uma ruína industrial, mesmo com estrutura colapsada, ainda revele consigo o valor estético, ainda que não original, mas, um novo. Sobre o patrimônio arruinado, a Carta de Nizhny afirma: “[...] as áreas de resíduos industriais, assim como

as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico” (TICCIH, 2003, p. 8).

As ruínas fazem parte da história da humanidade e nos servem de testemunho e registro documental para gerações atuais e futuras. Estão espalhadas por todo o Brasil e pelo mundo, tanto em áreas rurais quanto em centros urbanos e, portanto, constituem parte do patrimônio nacional e mundial. A proximidade entre a humanidade e as ruínas é vigorosa e atemporal, remonta a épocas ancestrais e isso porque essas estruturas, ao exibir as próprias marcas, nos expressam a passagem do tempo e nos despertam memórias e nostalgia, boas ou não. Por exemplo, as tristes e traumáticas lembranças vivificadas pelas ruínas de duas violentas guerras mundiais são completamente distintas das memórias produzidas por ruínas de um complexo fabril do século XIX. George Simmel (*apud* SOUZA; ÖELZE, 1998, p. 137) afirma que “[...] nossa percepção leva a ruína para a sombra da melancolia [...]”, sendo comum ocorrer de a ruína não fazer só referência a eventos do passado, como nas civilizações antigas, mas também atestarem provas de eventos da contemporaneidade.

A ruína também é a expressão da natureza sobre a obra humana. Todo o desenvolvimento da humanidade é pautado na ação do homem implicando sua força sobre a natureza. A arquitetura expressa isso, a materialidade, a coerência da forma, o domínio e o controle do homem sobre a natureza. Quando a arquitetura, a produção humana rui, esse fato acaba por representar também a vingança da natureza em resposta à violação do homem. Acerca disso, veja-se:

[...] a ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte, outras forças e formas — aquelas da natureza — cresceram e constituíram uma nova totalidade, uma unidade característica, a partir do que da arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela (SIMMEL *apud* SOUZA; ÖELZE, 1998, p. 137-144).

Aqui vale a pena cruzar a argumentação de Simmel (*apud* SOUZA; ÖELZE, 1998) e a de Fortuna (*apud* MENEGUELLO, 2008): a ruína pode ir além da representação da natureza em resposta à ação humana, expressa por Simmel, mas, a ruína defendida por Fortuna, revela caráter expressivo da finitude humana, ou seja, a ruína, como maciço consolidado, põe fim à função do edifício que um dia fora abrigo, marcando a validade da produção humana. Mas, ao mesmo tempo em que se encerra a função de abrigo, abre-se uma série de novas funções para a sociedade. Fortuna (*apud* MENEGUELLO, 2008, p. 84) diz:

[...] as ruínas atendem às funções de antiguidade, continuidade, finalismo e sequência do passado, ou seja, não somente colocam aquele que admira como herdeiro daquela criação como une dois momentos, passado e presente, de forma indelével.

É claro que nem toda causa de arruinamento de um bem ocorra de fenômenos naturais – na maioria das vezes, é o que se vê –, porém, muitas ruínas são produzidas a partir de ações e fenômenos próprios do ser humano. O que vale observar é que a partir da consolidação da ruína, fica ela exposta e suscetível à ação do ambiente em que está inserida, a partir do que se forma nova paisagem que, por sua vez, nos permite mudar os meios de intervir sobre esse bem.

Para a Arquitetura e o Urbanismo as ruínas são preciosa fonte de estudo, são arcabouço de registros de técnicas construtivas e de estilos que já não vigem. As ruínas, apesar de degeneradas, são parte estruturante de sistema maior, que é a cidade. Pflueger (2018, p. 62) nos diz: “[...] constituem, assim, uma parte do tecido urbano que morreu, mas que permanece como documento silencioso da destruição, decadência ou mesmo da permanência”.

3.2 O processo de identificação das ruínas

Sempre nos deparamos com relativa dificuldade na identificação de ruínas. Não há metodologia precisa para classificar bens arruinados, mas, são, basicamente, 3 (três) os aspectos analisados em um bem considerado ruína: a) degeneração; b) uso; e c) antiguidade (RODRIGUES, 2017). Na maioria das vezes, esses critérios são verificados isoladamente, porém, nem sempre ocorre de um deles ser determinante para que se classifique o bem como ruína. É praxe recorrente levar em conta o estado de degradação ou de destruição do bem, apontado por diversos autores como elemento crucial na classificação de uma ruína. Antonie Chrysostome Quatremère de Quincy (1755-1849), ao publicar o verbete “*ruína, ruínas*”, distingue a aplicação do termo no singular para identificar bens que estão ameaçados e observa que o termo no plural exprime melhor a realidade consumada, na qual os elementos constituintes do todo estão dissolutos, ou seja, “dir-se-á que tal acidente operou a ‘ruína’ de um edifício e dir-se-á que se veem em tal lugar as ‘ruínas’ desse edifício” (QUINCY, 1825 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 13).

Já Cesare Brandi (1906-1988), em sua *Teoria da Restauração* (1963), adota definição de ruína bastante interessante, pois expressa, em si, o grau de

degeneração que o bem precisa apresentar para ser reconhecido como arruinado. Diz ele: “[...] ruína será, pois, tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes” (BRANDI, 2004, p. 65). Essa noção defendida por Brandi é relevante quando reparamos que o grau de degeneração do objeto pode dificultar a interpretação e a análise dele, o que equivale dizer que o grau de degeneração da ruína deve ter um limite que não interfira na “leitura” dela. Esse mesmo limite é também tido por Brandi como “[...] aquele momento-limite (e é limite tanto no espaço quanto no tempo) em que a obra de arte, reduzida a poucos vestígios de si mesma, está prestes a cair no disforme” (BRANDI, 2004, p. 68).

O segundo elemento que colabora na identificação de ruínas é o uso. Para muitos autores, quando o edifício deixa de abrigar sua função original, deixa de representar sua função primeira e específica, entra em estado ruinoso. É de se duvidar dessa afirmação e ficar atento a não a tomar como verdade absoluta, visto que diversos edifícios alternam e reinventam seus valores de uso sem entrarem, necessariamente, em estado de ruína e, pelo contrário, adiam o futuro de degradação e prolongam sua vida útil. Alois Riegl (1858-1905) é uma das principais referências quando tratamos de valores dos bens patrimoniais ao discorrer sobre o valor de uso de um monumento. Diferente da proposição anterior, define que o valor de uso não é caracterizador por si só da ruína, mas que a falta de uso específico em um bem patrimonial pode levá-lo ao estado de ruína. Outro valor defendido por Riegl e que pode se relacionar ao valor de uso é o valor de antiguidade, que como vimos, também é um parâmetro a ser analisado. Diz ele:

[...] a forma pela qual o valor de antiguidade se opõe aos valores de contemporaneidade reside nas imperfeições das obras, nos seus defeitos de integridade, na tendência à dissolução das formas e das cores, quer dizer nos traços rigorosamente opostos às características das obras modernas. (RIEGL, 1984, p. 64)

Esse valor reside na expressão da passagem do tempo sobre a obra, e o culto a ele está no fato de ele permitir o ciclo natural de criação e destruição. Ao se cruzarem o valor de antiguidade e o valor de uso, está posto que o grau de antiguidade põe em risco o bem-estar humano. Para essas circunstâncias periclitantes, “[...] Riegl apresenta que a segurança física deva prevalecer mesmo sobre as necessidades do valor de antiguidade” (RODRIGUES, 2017, p. 15).

A arquitetura é a única, entre as artes maiores, cujo o uso faz parte de sua essência e mantém uma relação complexa com suas finalidades estética e simbólica, mais difícil de apreender no caso dos edifícios históricos que se tornaram órfãos da destinação prática que lhes deu origem (CHOAY, 2006, p. 230).

Portanto, a mudança do uso original de uma edificação não é determinante para seu estado de arruinamento, mas como vimos, a falta de um uso específico inicia o processo de arruinamento desse bem. Nesse sentido, resgatar o valor de uso do objeto arruinado pode se configurar um meio eficiente pelo qual a ruína, por mais consolidada que esteja, volte a cumprir sua função social e colabore com o presente.

O terceiro elemento em análise é a antiguidade desse bem. Sobre isso, vale ressaltar que a idade não é definidora da ruína, apesar de bens mais antigos estarem expostos por mais tempo a variáveis que possam levá-lo ao estágio de arruinamento. Ainda assim, esse parâmetro não é definidor, pois edificações recentes, ou até mesmo contemporâneas, podem apresentar estado de arruinamento. No que concerne às ruínas, o valor de antiguidade se institui em fazer oposição à contemporaneidade, em ser sinal, na atualidade, da passagem do tempo, do desbotar das cores, divergindo das edificações novas.

A identificação da ruína é variável e independe de qualquer metodologia de análise, apesar de o estado de degradação ou degeneração do monumento ser o maior definidor. Para Rodrigues (2017, p. 17), a confluência dos seguintes aspectos é o que melhor identifica as ruínas: a) grau de descaracterização da construção; b) condição de uso e idades das edificações; c) distanciamento temporal; e d) causas do processo de arruinamento. Presume-se que após a análise minuciosa desses elementos é que se pode com mais propriedade preservar e propor intervenções no bem arruinado.

3.3 Processo interventivo em áreas arruinadas

As cartas patrimoniais e as referências internacionais não tratam da ruína em sua plenitude, o que dificulta nela qualquer tentativa de intervenção. Esse fato tem sido foco de preocupação de muitos teóricos da Restauração, mas, a grande dificuldade ao se trabalhar com monumentos arruinados é a de se entender que, mesmo em estado de degeneração e apresentando estrutura física diferente do bem edificado, eles não se diferenciam de outros bens culturais em termos dos valores a

eles atribuídos. Portanto, são válidas as ações interventivas nesses bens com o fim de manutenção, restauração e conservação.

No início do século XIX, duas vertentes interventivas e dicotômicas ganham realce e repercussão na Europa: uma expressa pela postura de Viollet-le-Duc (1814-1879), caracterizada por refazimentos e complementos, e outra mais conservativa de John Ruskin (1819-1900). A ruína, para Le-Duc, parece ser o estado abominável do edifício e que precisa ser evitado. Os acréscimos e refazimentos empreendidos por ele fundaram o que hoje se chama “restauro estilístico”. Rodrigues (2017, p. 20) aponta que “[...] para ele, a passagem do tempo e suas marcas não devem ser aceitas e a intervenção é necessária para restituir o edifício a um estado ‘original’, salvando-o de uma ruína iminente”.

As intervenções lideradas por Le-Duc levantaram críticas por quem defendia a intervenção nas ruínas com caráter mais conservativo. Havia uma preocupação eminente, principalmente, dos arqueólogos, empenhados em preservar a ruína como documento histórico. Tal preocupação assim se explicita:

[...] de fato, nos monumentos antigos, é melhor consolidar que reparar, é melhor reparar que restaurar; é melhor restaurar que refazer, é melhor refazer que embelezar; em nenhum caso, se deve acrescentar e em nada suprimir (DIDRON, 1845 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 21).

Aqui se tem forte crítica à postura adotada por Viollet-le-Duc, visto que ele propunha o retorno a um estilo ou um estado que talvez nem tenha existido.

Como já afirmado, a visão de Viollet-le-Duc acerca da intervenção em ruínas difere da de Ruskin, que defende a conservação do bem tal qual ele se apresenta, isto é, propõe esse autor que se proceda à estabilização da ruína como forma de prepará-lo a ser um legado às gerações futuras. A propósito, esse trabalho de pesquisa vê como bastante madura e realista a posição de Ruskin, que prioriza o *status quo* em detrimento do aspecto formal ou estilístico do bem, considerando-se que é inevitável o fim de todas as coisas, inclusive, das edificações.

Coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-se com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória (RUSKIN, 2008, p. 82).

Esse trecho poético e inspirador da obra de Ruskin em muito faz lembrar o processo interventivo ao qual foram submetidas as ruínas da Fábrica Martins. Interessante o fato de o autor tratar a estabilização do bem como alternativa de evitar seu fim imediato, de resgatar sua memória e de aprontá-lo para as novas gerações, isso se for executada com zelo e responsabilidade. Ressalve-se, em contraponto, que no caso da Fábrica Martins, a falta de zelo e de manutenção foi determinante para que chegassem ao estado atual: estabilizadas, porém desconhecidas, isoladas e escondidas.

Parte de Ruskin o pensamento da importância da manutenção e da conservação para se evitar a restauração, que, para ele, deve ser o fim último de qualquer tratamento de bens patrimoniais. Rodrigues (2017, p. 22) diz que “[...] a manutenção deva ocorrer de forma pontual, respeitando a integridade da edificação em sua condição atual e impedindo, ou ao menos contendo o iminente arruinamento”. Essa alternativa de manutenção está também presente na Carta de Veneza (1964), em seu artigo 15, recomendando que, além de ações de manutenção, devem ser adotadas medidas que favoreçam a compreensão dos monumentos sem nunca deturpar seu significado e, acima de tudo, medidas conservativas devem ser precedidas de manutenção permanente.

Posteriormente, surge a visão interventiva intermediária de Camillo Boito (1836-1914), arquiteto, restaurador, crítico e historiador (BOITO, 2008). Nela está a fusão entre o pensamento de Ruskin e o de Viollet-le-Duc. Boito colabora para o tratamento de monumentos arruinados ao expressar o respeito à materialidade das edificações e à sua vetustez e autenticidade, revelando, assim, sua posição conservativa. Ele considera, para os tipos de restauração, três classificações facilmente compreensíveis na tabela a seguir:

Tabela 2 – Tipos de restauro de Camilo Boito

TIPOS DE RESTAURO	CARACTERÍSTICAS
Arqueológico	Para monumentos da antiguidade, admitindo recomposição de mínima intervenção e boa distinguibilidade.
Pictórico	Para edifícios medievais, respeitando os sinais da antiguidade.
Arquitetônico	Para edifícios a partir do renascimento, preservando a qualidade arquitetônica.

Fonte: Kuhl (2008).

Vale destacar que o Restauro Arqueológico, definido por Boito, não compreende a intervenção em ruínas como um todo, visto que, se esse tipo de

restauro só for aplicado em monumentos da Antiguidade, edifícios recentemente arruinados talvez precisassem de uma defesa preservacionista diferente. Mas, a principal contribuição de Boito é atribuir ao monumento seu valor documental, pelo qual é importante preservar e destacar a passagem do tempo sobre o monumento histórico, destacando-se na intervenção: “a importância da distinguibilidade e da mínima intervenção, princípios que permanecem até os dias atuais.” (KUHL, 2008, p. 27). Na publicação de *Os Restauradores*, Boito conclui acerca desses itens aqui discutidos:

[...] 1º é necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco; 2º É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2008, p. 60-61).

Essa contradição entre manter a beleza e manter a característica de antiguidade representa, para Rodrigues (2017, p. 23), “[...] ponto crucial que configura um eixo de tratamento para os monumentos arruinados [...]”, pois indica a posição intermediária entre o *status quo* da ruína – ou seja, o de resgatar seu estilo original – e o restauro estilístico, como muitos assim o denominam.

Rodrigues (2017) explica que Giovannoni, no início do século XX, dando prosseguimento à linha interventiva de Boito, publica a distinção entre os tipos de restauro esclarecendo especificidades ao tratamento da ruína, indicados na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Premissas defendidas por Giovannoni

PREMISSAS	CARACTERÍSTICAS
Consolidação	Quando novas técnicas garantem dar resistência às antigas construções
Recomposição (anastilose)	Quando elementos retornam a própria posição com acréscimos secundários
Liberação	Quando ocorre a remoção de massas amorfas, para o resgate do aspecto estilístico
Complementos	Quando novos elementos acrescidos integram a obra

Fonte: Rodrigues (2017).

As premissas apontadas por Giovannoni, segundo Rodrigues (2017, p. 24), vão dar a base à formulação da Carta de Atenas (1931), na qual no Item VI, Técnica de Conservação, está expressa a premissa que até hoje deve ser seguida: “quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe com a recolocação em

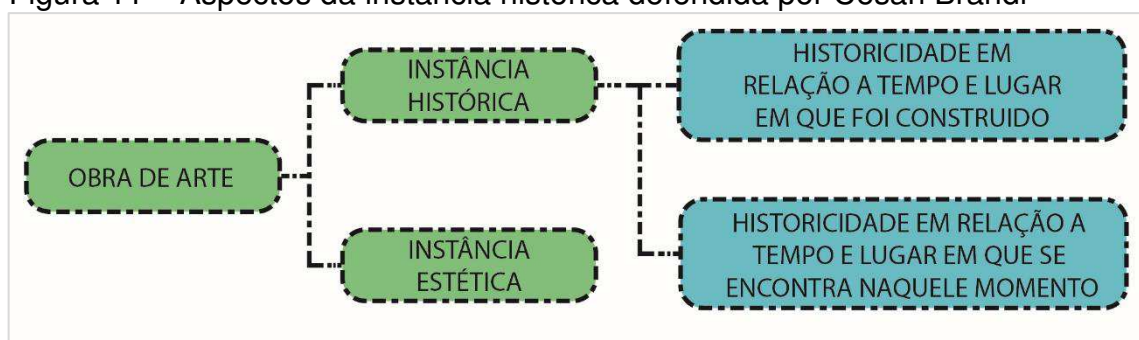
seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita (ICOMOS, 1931, p. 3).

Esse documento relevante acresce outro aspecto acerca da valorização dos monumentos quanto à implementação de novos edifícios em áreas próximas a eles, não tratando, especificamente, de monumentos arruinados, mas, de qualquer monumento antigo. A Carta instrui para “[...] respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo, na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais” (ICOMOS, 1931, p. 2).

Esse aspecto cabe, perfeitamente, a esse estudo de caso, já que foi equivocada a instalação do supermercado no terreno das ruínas da Fábrica Martins. Tanto é que, se o fim último da intervenção fosse valorizar a ruína, em última hipótese, não poderiam os empresários optar por construir o grande bloco que é o supermercado. Mas, ao contrário, fariam edificar-se algo que se harmonizasse com o monumento, que fosse proporcional à sua escala, que respeitasse sua localização e sua tipologia.

É igualmente válido observar a posição adotada por Cesari Brandi (1906-1988) quanto ao tratamento e a intervenção em ruínas. Apesar de defender um restauro crítico, expresso na ambivalência da instancia histórica e estética, o autor explica que “[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 30). Sobre a instância histórica, o autor fala de dois aspectos a serem mais bem compreendidos, observando-se o esquema seguinte:

Figura 11 – Aspectos da instancia histórica defendida por Cesari Brandi



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

Para Brandi (2004), em uma intervenção, a instância estética da obra deve se sobrepor e prevalecer sobre a instância histórica pois, segundo ele, “[...] se ela perder-se, não restará nada além de resíduo” (BRANDI, 2004, p. 32). Feitas essas considerações, note-se que o estado de arruinamento faz parte da instância histórica do monumento, visto que sua historicidade também abrange a forma física em que a obra de arte se encontra quando da intervenção. Portanto, ao intervir em ruínas, Brandi assume posição mais conservadora, em que a única forma de restaurar a ruína é priorizar mantê-la em seu ambiente (RODRIGUES, 2017, p. 29), Brandi em sua *Teoria da Restauração* diz:

[...] o reconhecimento da qualificação de ruína se relaciona, então com aquele primeiro grau de restauração que se pode individuar na restauração preventiva, ou seja, mera conservação, salvaguarda do *status quo*, e representa um reconhecimento que de forma implícita exclui a possibilidade de outra intervenção direta a não ser vigilância conservativa e a consolidação da matéria (BRANDI, 2004, p. 66).

Dado o exposto, apesar das diferentes épocas e das diferentes linhas de restauração, quando se trata de intervenção em monumentos arruinados, as posições adotadas por Ruskin, Boito, Giovannoni e Brandi são todas de natureza conservativa e priorizam manter o *status quo* da ruína a fim de não perder seu caráter memorial e figurativo, o que assegura ainda a intervenção de caráter estabilizatório, permitindo ainda a “leitura” da passagem no tempo e a reintegração a seu sítio e entorno.

3.4 O acesso a monumentos e a conservação estratégica

Antes de aprofundar a discussão e a compreensão dos desafios da contemporaneidade em relação ao acesso aos monumentos, vale definir esses dois termos, que são: monumentos e patrimônio, comumente empregados no mesmo contexto e com igual finalidade, mas, que realçam uma importante diferença.

Como já exposto no início desse capítulo, o termo patrimônio deve ser adotado atribuindo-se aos monumentos a ideia de valor econômico, de tesouro e de herança. Seu surgimento se deu, exatamente nesse contexto, no levante da Revolução Francesa, em 1789, quando os revoltosos depositaram em museus e puseram à disposição do povo os bens e pertences do clero, dos emigrados e da Coroa sob a justificativa de estarem devolvendo à população o que lhes era de direito: seu patrimônio (CHOAY, 2006, p. 98).

O termo patrimônio, portanto, adota valor econômico muito forte e se vincula a uma esfera estatal. Hoje, um bem só é classificado como patrimônio se reconhecido pelo Estado. Dessa forma, dessa categoria estão excluídos inúmeros outros bens, inclusive, bens imateriais de alguns grupos sociais. Portanto o termo patrimônio parece ser menos abrangente que o termo monumento (BRAGA, 2019).

O termo monumento vem do latim *monumentum*, que por sua vez, deriva da palavra *monere* que significa advertir ou lembrar: monumento, portanto, em sua origem, é tudo aquilo que faz lembrar, faz memória (CHOAY, 2006, p. 17). É com essa finalidade que muitas construções da Antiguidade são erguidas, a de ser e fazer uma memória viva. Choay relata que, com o passar dos anos, assim como o termo patrimônio foi adquirindo novos significados, o termo monumento também teve sua definição modificada:

Em 1689 Furetière já parece dar tempo arqueológico, em detrimento de seu valor memorial: 'Testemunha que nos resta de alguma grande potência ou grandeza dos séculos passados. As pirâmides do Egito, o Coliseu, são belos monumentos da grandeza dos reis do Egito, da República romana'. Alguns anos mais tarde, o *Dictionnaire de l'Académie* situa de forma clara o monumento e sua função memorial no presente, mas seu exemplos traem um deslocamento, desta vez em direção a valores estéticos e de prestígio: 'Monumento ilustre, soberbo, magnífico, durável, glorioso' (CHOAY, 2006, p. 19).

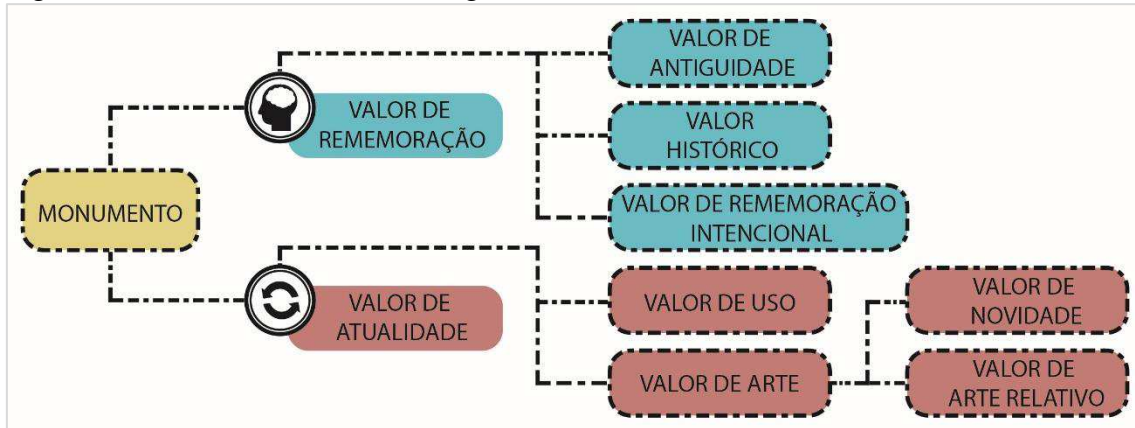
Ou seja, o termo monumento, segundo Choay (2006), migra do sentido de algo que foi edificado visando fazer memória para algo que tenha função arqueológica, não desprezando sua função memorial, mas, acrescentando uma nova função que evidencie a passagem do tempo e as marcas da grandeza das civilizações antigas. Posteriormente, a acepção de monumento passa a ser associada a suntuosidade, grandiosidade e, daí a variação para o que entendemos, hoje, como algo monumental.

Em sua definição de monumento, Riegl difere monumentos volúveis - concebidos pelos seus criadores com a finalidade memorativa – dos monumentos históricos – aqueles criados não com essa finalidade, mas, que acabam por assumir também esse atributo porque a sociedade assim o quis. A definição memorativa está assim expressa:

[...] por monumento, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou combinação de ambos) (RIEGL, 1984, p. 35, tradução nossa).

Riegl (1984) destrincha em sua obra todos os valores atribuídos a um bem para que o considere como monumento. Na Figura 12, estão indicados a seguir:

Figura 12 – Valores de Alois Riegl



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

Primeiramente, o valor de antiguidade, que para Riegl (1984, p. 64) reside no primeiro contato, na percepção de uma obra não moderna. Ou seja, surge da comparação dos contrastes entre obras, o que muitas vezes, prescinde de instrução prévia, pois segundo Riegl, quando se trata de antiguidade, até as massas conseguem perceber as diferenças. Como mencionado anteriormente, o valor de antiguidade é um dos elementos que auxiliam o processo de identificação da ruína.

Esteticamente, essa diferenciação ocorre pela vetustez da obra, do seu aspecto antigo, de um desgaste menos violento, que é perceptível aos olhos muito mais do que ao toque. Assim, é fácil observar “[...] a alteração das superfícies (erosão, pátina), o desgaste dos cantos e dos ângulos, que traem um trabalho de decomposição lento” (RIEGL, 1984, p. 66, tradução nossa).

O valor histórico, diferente do valor de antiguidade, não consiste em um processo de identificação imediato, visto que, segundo Riegl (1984, p. 77), o valor histórico exige reflexão e conhecimento científico prévio. Riegl (1984, p. 73, tradução nossa) explica que não se dá através dos “[...] traços das forças destrutivas da natureza como elas são exercidas desde seu nascimento, mas, seu estado inicial como empreendimento humano”. Aqui já podemos reconhecer o monumento como um documento histórico.

Já o valor de rememoração intencional é o que mais se aproxima dos valores da contemporaneidade ou atualidade. Enquanto o valor de antiguidade preza pela passagem do tempo e pela degradação do monumento, e o valor histórico preza

pelo valor documental do monumento – reconhecendo a passagem do tempo como elemento necessário, mas que deve ser interrompido –, o valor de rememoração intencional abomina a degradação e visa preparar o monumento ao futuro, à imortalidade (RIEGL, 1984, p. 85).

O autor considera a restauração como o postulado básico dos monumentos intencionais, ou seja, sem a restauração, esses monumentos deixariam, automaticamente, de ser intencionais (RIEGL, 1984, p. 86), pois a intenção é de que o monumento não perca um único elemento sequer que acabe comprometendo a “leitura” de sua história. Portanto, para Riegl (1984, p. 86, tradução nossa), o valor de antiguidade é o inimigo primeiro do valor de rememoração intencional, sendo que esse último estará sempre em desvantagem. E afirma ele: “[...] o número de monumentos intencionais é relativamente pequeno se comparado à massa de monumentos estritamente não intencionais”.

Em seu último capítulo, Riegl (1984) discorre a respeito dos valores de contemporaneidade, que se dividem em dois tipos: valor de uso e valor de arte, esse segundo subgrupado em valor de arte relativo e valor de novidade. Sobre esses valores Riegl (1984, p. 88, tradução nossa) adianta que o valor da contemporaneidade resulta “[...] da satisfação dos sentidos ou do espírito. No primeiro caso, fala-se do valor de uso prático, ou simplesmente, do valor de uso; no segundo, do valor da arte”.

Valor de novidade, segundo o autor, reflete a superioridade que o novo tem em relação ao velho. Portanto, para os modernos, devem ser eliminados vestígios de envelhecimento do monumento, que deva passar por uma completa restauração. Para Riegl (1984, p. 96), o valor de novidade sempre será o valor artístico do público pouco cultivado. Assim, quando se espera do monumento uma aparência nova, recém-acabada, o que se privilegia é o valor de novidade:

[...] o caráter acabado do novo, que exprime da maneira mais simples por uma forma que ainda conserva sua integridade e sua policromia intacta, poder ser apreciada por todo indivíduo, mesmo completamente desprovido de cultura. É por isso que o valor de novidade sempre será o valor artístico do público pouco cultivado (RIEGL, 1984, p. 96, tradução nossa).

Do contrário, quando o monumento antigo, mesmo criado e concebido em uma cultura ou linguagem diferente da contemporaneidade, consegue sensibilizar o homem moderno com sua aparência estética a esse monumento é atribuído o valor de arte relativo. Segundo o teórico, isso acontece pelo motivo de que “[...]”

frequentemente, colocamos obras que datam de vários séculos muito acima de certas criações modernas [...]” (RIEGL, 1984, p. 110, tradução nossa) por acreditarmos em um valor absoluto da arte. Por isso, o autor recomenda a necessidade de conhecimento estético para perceber esse valor (RIEGL, 1984, p. 96).

Em contraponto, Choay (2006, p. 117-188) argumenta que, na modernidade, os valores dos monumentos são expandidos e, portanto, deixam de ter valor memorial e passam a ser sinal do presente para o futuro. Ela explica que um novo valor pode ser anexado ao monumento – o valor econômico – que o transforma em mercadoria e tem como objetivo impulsionar a economia local por meio do Turismo. A esse processo, a autora chama indústria cultural e é nesse contexto que a discussão sobre acessibilidade aos monumentos é importante. A respeito da indústria cultural agindo sobre os monumentos, Choay (2006, p. 221) descreve:

[...] os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à ‘engenharia cultural’.

A autora relata que, nos tempos atuais, o acesso a monumentos se tornou muito mais dinâmico e facilitado, tanto física como virtualmente. Choay (2006, p. 230) acrescenta: “[...] hoje, não é apenas pela imagem, como era desejo de Malraux, mas em sua realidade que as obras capitais da humanidade se tornam acessíveis a um número muito maior de pessoas”.

A dificuldade está em como se dá esse acesso, pois, dependendo do volume de pessoas, acessá-lo pode resultar em prejuízos danosos à sua estrutura e, até mesmo, à percepção do monumento, visto que o intenso fluxo de visitantes restringe ou anuvia a experiência estética a ser desfrutada pelo observador diante da obra (CHOAY, 2006, p. 230). A autora acrescenta que a ação interventiva que outrora deveria garantir a conservação do monumento pode expô-lo a condições ainda mais degradantes que a da própria natureza, um tipo de violência praticada pelo homem:

[...] já havíamos nos dado conta da violência destruidora das guerras modernas e das jogadas comerciais, mas não sabíamos que em algumas décadas a espécie humana conseguiria, pela própria prática de conservação, realizar uma destruição que outrora levaria séculos (CHOAY, 2006, p. 232).

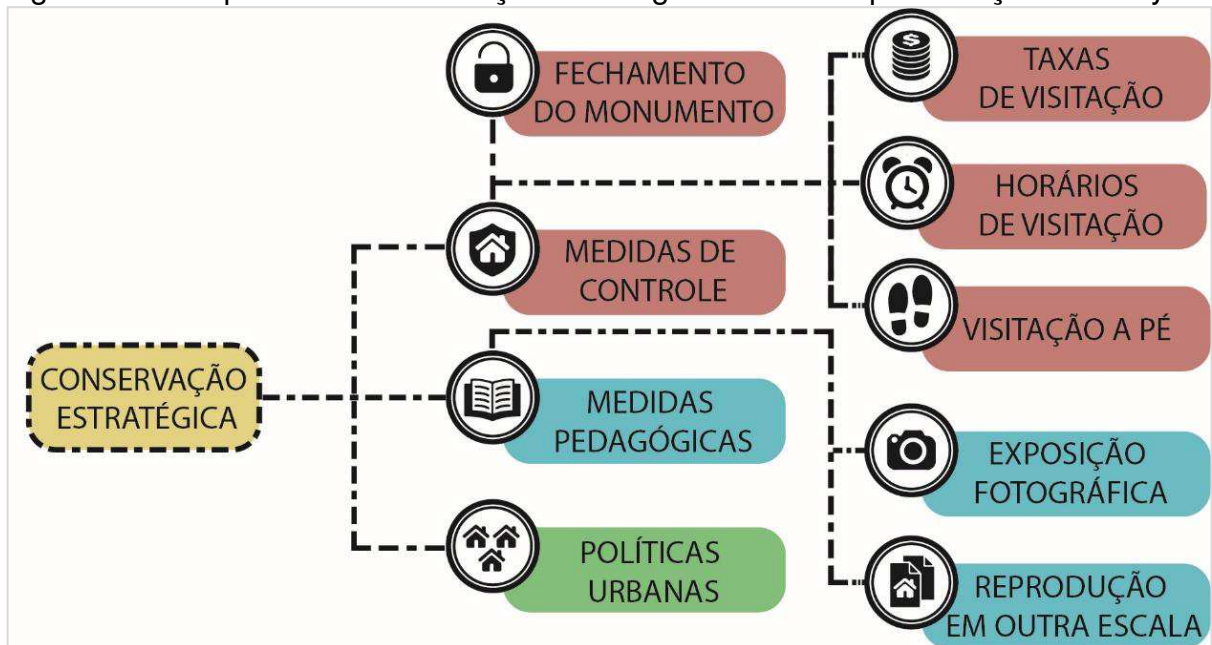
Ao mesmo tempo em que se franqueiam os monumentos para visitação pública e se permite que as pessoas os vislumbrem *in loco*, corre-se o risco de matar

ou reduzir o prazer da arte pelo próprio fluxo de visitantes (CHOAY, 2006, p. 230). Segundo a autora, a Arquitetura é a única arte cujas obras devem ser percorridas e vivenciadas fisicamente, uma vez que é necessário o envolvimento sensorial e corporal do homem para com ela (CHOAY, 2006, p. 231).

Parece contraditório: ao tempo em que Choay (2006) explica que a facilidade de acesso ao monumento, na contemporaneidade, é prejudicial, a compreensão da Arquitetura só se dá se ocorrer presencialmente. Como, então, garantir nos dias de hoje que o acesso ao monumento permita sua melhor apreensão e garanta o papel social da obra sem que seja prejudicada? Eis aí o desafio da modernidade no que tange o acesso aos monumentos.

Choay (2006, p. 232), então, recomenda alguns procedimentos para os casos que ela indica como destinados à conservação estratégica, visando à contenção do afluxo intenso de visitantes. Podem ser aplicadas medidas de controle, medidas pedagógicas ou políticas urbanas, essa última, indicada à sítios históricos, e não, a um monumento isolado.

Figura 13 – Esquema da conservação estratégica defendida por Françoise Choay



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

Das medidas de controle, o fechamento do monumento é a mais radical, pois de forma muito drástica veda completamente o livre acesso ao bem. Outra medida é assegurar o acesso ao bem patrimonial de forma regulada, como as rotinas de horários e turnos, a visitação em grupos reduzidos, a imposição de trajeto a p 

(circuito com passarelas, por exemplo) ou até a cobrança de taxas de visitação (CHOAY, 2006, p. 233).

Das medidas pedagógicas, a autora destaca o que ela chama museus imaginários, recorrendo a exposições fotográficas, mostras de reproduções em escala reduzida das obras originais (maquetes), ou, até mesmo, a reprodução do monumento em escala real em uma área próxima, medida essa não muito aceita (CHOAY, 2006, p. 234). A respeito das exposições fotográficas e do recurso do museu imaginário, a autora ressalva de que “[...] desde que sua visita seja bem organizada e legendada, constitui uma via de acesso eficaz para a abordagem estética do patrimônio arquitetônico” (CHOAY, 2006, p. 234).

Uma vez adotadas políticas urbanas com o propósito de conservar as malhas antigas e garantir a apropriação delas pela população devem ser norteadas, de forma muito particular, pela advertência de Gustavo Giovanonni citado pela autora: “[...] os centros urbanos e bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com as suas dimensões” (CHOAY, 2006, p. 236).

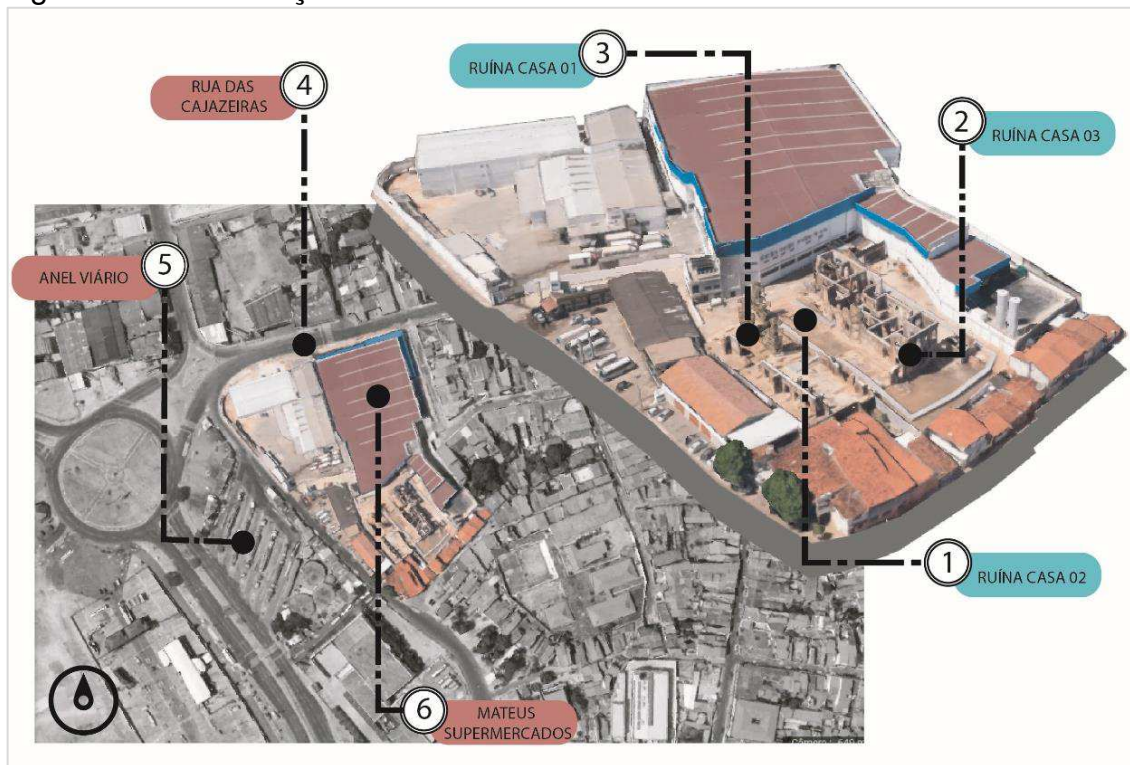
Diante do exposto até aqui, é notório que a garantia de acesso ao monumento só é eficaz e segura tanto ao público quanto a ele próprio se for executada de forma planejada e controlada para um número menor de visitantes. Quanto a isso, é importante destacar, que ao ocorrer o fechamento de monumentos movido por uma ação conservativa, eles devem ser alvo de constante manutenção preventiva, visto que a ausência do público a esses bens pode implicar a esse desconhecimento e desinteresse por parte da população e o decorrente abandono do patrimônio fechado.

Em resumo, Choay (2006), em suas reflexões, afirma que o acesso ao monumento não deve ser nem proibido, nem aleatório ou descontrolado. As duas medidas são extremas e colocam em risco o patrimônio, ao passo que o acesso controlado e racional representa o primeiro procedimento a garantir ao público o conhecimento do valor histórico e cultural desse bem.

4 O CASO DO MEMORIAL MARTINS & IRMÃOS

Apresentados essas definições, passa-se agora a analisá-los sob a ótica de serem aplicados ao Memorial da Fábrica Martins Irmãos, localizado na área de fundo do supermercado Mateus, na Rua das Cajazeiras, como ilustra a Figura 14. O objetivo da empreita de iniciativa do Grupo Mateus seria dar conhecimento ao público desse patrimônio arqueológico, bem como resgatar a memória e parte da história industrial da cidade. Nele estão estabilizadas 3 (três) ruínas de casarões de características completamente distintas. A casa 1 é a mais antiga do conjunto e representa o casarão de 3 (três) pavimentos, que o arqueólogo Melo Neto (2015, p. 123) aponta como a primeira a entrar em colapso. Na cobertura, existia uma espécie de mirante assentado por toda a profundidade do edifício e estruturado a partir do solo, compondo uma caixa central com 3 (três) esquadrias em cada pavimento.

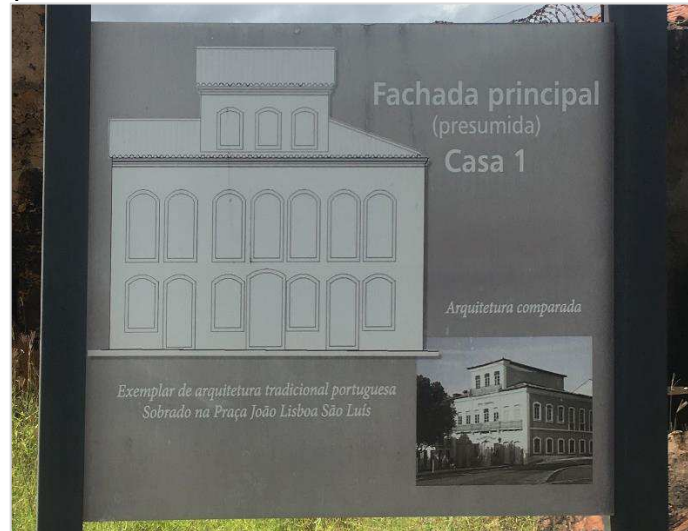
Figura 14 – Localização do Memorial



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

A partir desse bloco central, a estrutura comportava mais 2 (dois) blocos laterais de 2 (dois) pavimentos cada, dos quais, segundo Melo Neto, o bloco da esquerda dispunha de cobertura em 2 (duas) águas, e o da direita, cobertura em 3 (três) águas, como ilustra a Figura 15:

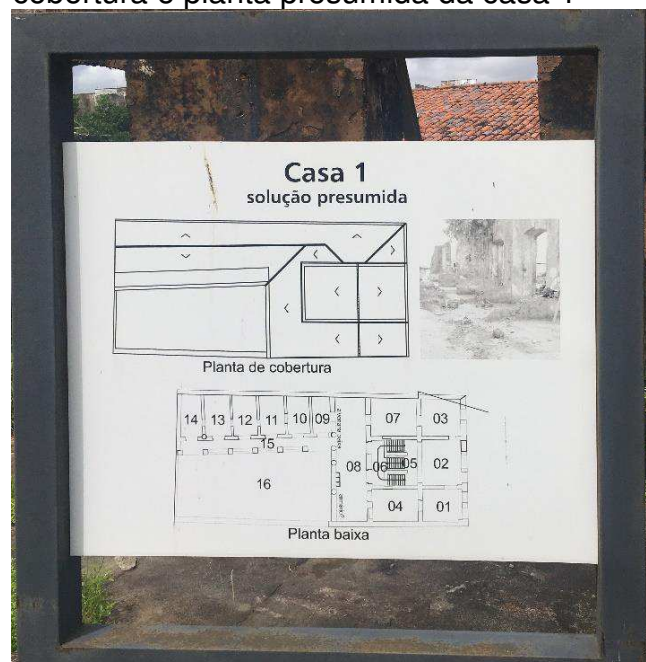
Figura 15 – Placa do Memorial com a fachada presumida da casa 1



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

A edificação pode ser enquadrada em um bem típico do século XIX por apresentar características semelhantes às de outros edifícios localizados na cidade de São Luís e que remontam a esse período (MELO NETO, 2015, p. 124). A tipologia do prédio tem planta em L com larga fachada voltada para o Rio Bacanga e a comunicação entre os pavimentos se dava por uma escada em madeira localizada no espaço posterior ao saguão principal de entrada. A Figura 16 ilustra essa descrição:

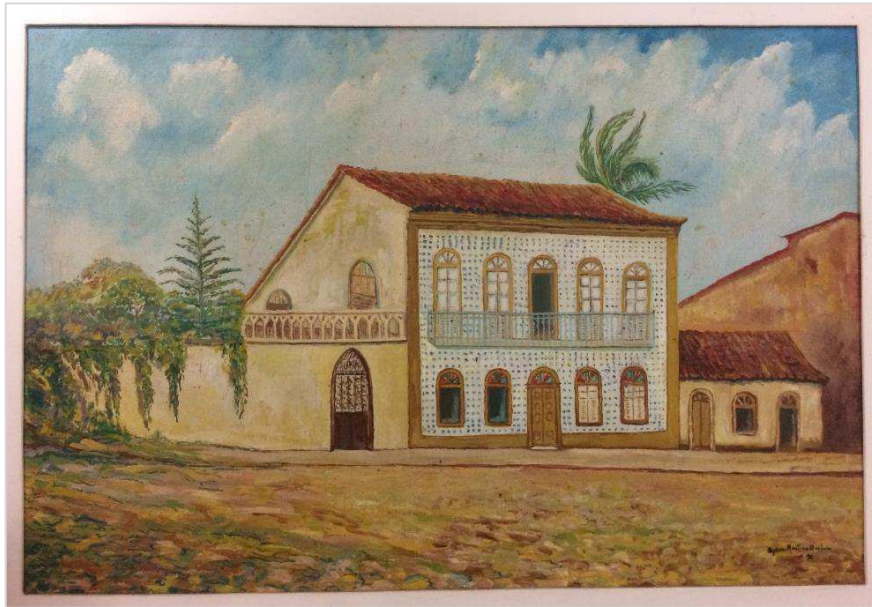
Figura 16 – Placa do Memorial com a cobertura e planta presumida da casa 1



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

A casa de número 2 é a menor das três e, pela iconografia, esse imóvel é datado de 1899, com características tipicamente comerciais por apresentar fachada com apenas 3 (três) portas (MELO NETO, 2015, p. 121). São poucos os registros da fachada a que esse estudo pôde ter acesso, mas, um deles em especial, faz duvidar se, de fato, a fachada era composta apenas por portas. A Figura 17 reproduz a pintura da casa 2 ao lado da casa 3 e, em sua fachada, em vez de 3 (três) portas, existem 2 (duas) portas e 1 (uma) janela.

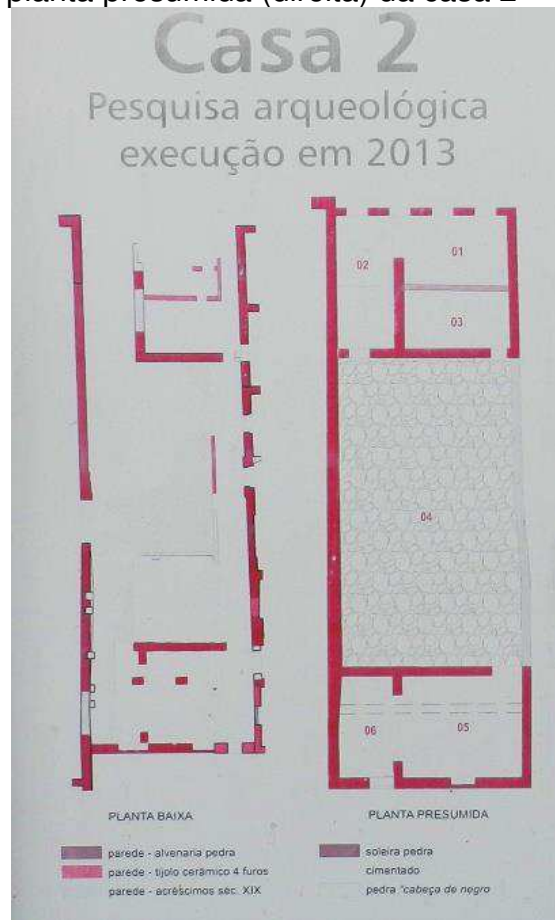
Figura 17 – Pintura de 1990 de autoria de Sylvia Martins Bacelar, neta de João Pereira Martins



Fonte: Acervo Pessoal (2019)

A planta desse prédio, ao que tudo indica, acomodava 2 (dois) blocos separados por um pátio interno calçado com arenito (MELO NETO, 2015, p.121) e a cobertura da fachada do bloco principal era revestida com telha tipo “capa e canal” em 2 (duas) águas com cumeeira paralela à caixa de via. É o que ilustra a Figura 18:

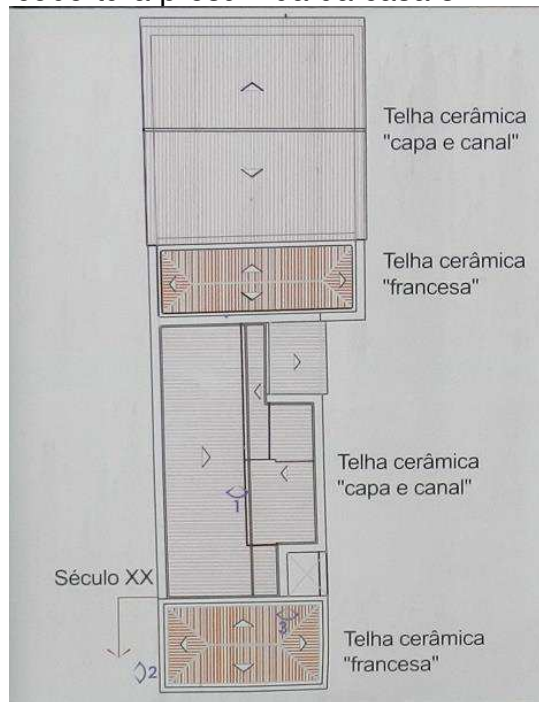
Figura 18 – Placa do Memorial com a planta presumida (direita) da casa 2



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

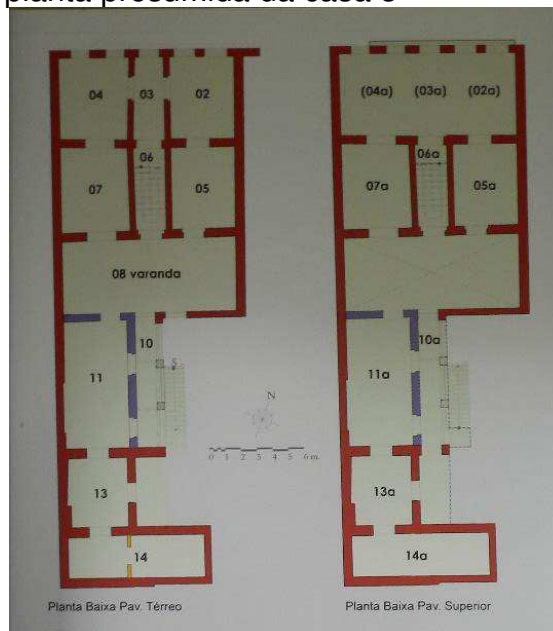
Por fim, a casa 3, o sobrado azulejado dos Martins, era uma edificação de 2 (dois) pavimentos com 5 (cinco) esquadrias em cada um, sendo que no piso superior, elas eram acompanhadas de guarda-corpo de ferro assentados e sacadas de lioz. O vão central, ligeiramente maior, enquadra o sobrado como morada inteira, segundo Melo Neto. A cobertura do corpo principal, revestida por telhas dos tipos “francesa” e “capa e canal”, se desenvolvia em 2 (duas) águas com cumeeira paralela também à caixa de via, como mostra a Figura 19:

Figura 19 – Placa do Memorial com a cobertura presumida da casa 3



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 20 – Placa do Memorial com a planta presumida da casa 3



Fonte: Acervo Pessoal (2019)

A área interna do casarão era composta, basicamente, no piso inferior por 6 (seis) ambientes separados de três em três pelo corredor central que dividia a habitação. E no andar superior, havia 7 (sete) ambientes. Eram essas as

características da escada de 3 (três) lances: foi construída em madeira, ladeada por paredes revestidas em azulejaria azul e branco – semelhante à da fachada principal – e com o degrau-de-convite em pedra de lioz (MELO NETO, 2015, p. 118). Na Figura 21, vê-se detalhe do azulejo da fachada desse sobrado.

Figura 21 – Azulejo da fachada do sobrado



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 22 – Azulejo que revestiam a fachada do sobrado em exposição no Memorial



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

O casarão teve seu uso alterado, o que acabou acarretando mudanças físicas ao imóvel, que pela tipologia original, servia a uso misto - comércio no térreo e habitação unifamiliar no piso superior. A nova utilização dada ao sobrado incorporou a função administrativa da Fábrica: “[...] com o novo uso, a edificação passou a ser tratada como objeto de representação da atividade fabril, devendo por isso, exibir características ‘modernas” (MELO NETO, 2015, p. 119).

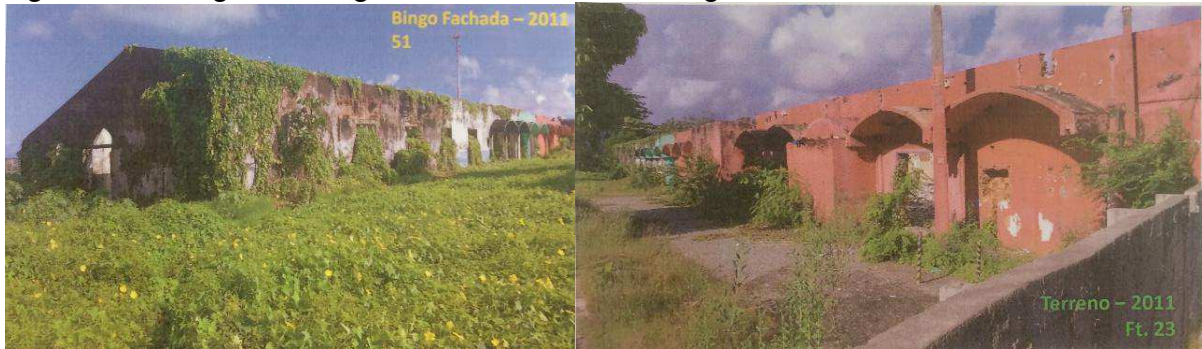
4.1 O processo de aprovação do projeto

Em 2011, pretendendo implantar mais uma loja, dessa vez na área do Memorial – e por se tratar de terreno com tombamento estadual, sob a inscrição de nº 37 da Folha 8 do Livro de Tombo da Lei de Tombamento, conforme anexo único do Decreto nº 10.089 de 6 de março de 1986 – o Grupo Mateus deu entrada no Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA) a processo administrativo pleiteando a autorização para construir ali seu supermercado. O terreno dispõe de área aproximada de 10.461,91m², com a seguinte descrição conforme os pareceres técnicos emitidos pelo Patrimônio Histórico do Maranhão:

[...] trata-se de um terreno de marinha acrescido e um terreno próprio desmembrado do terreno do antigo Largo de Santiago, hoje denominado praça 1º de Maio, sendo que este último abrange, segundo registro de imóveis, a rampa e a escadaria que davam acesso ao Rio Bacanga, torre de arrefecimento d'água, poço, terreno desmembrado abaixo da referida praça, sobrado nº 169 da Rua 1º de Maio e uma edificação moderna em alinhamento com a Rua das Cajazeiras, construídas sobre paredes históricas remanescentes. Além disso, apresenta ruína de edificação antiga com alguns elementos de arquitetura colonial, alvenaria de pedra, ladrilho hidráulico, além de escada helicoidal em concreto (MARANHÃO, 2012, p. 2).

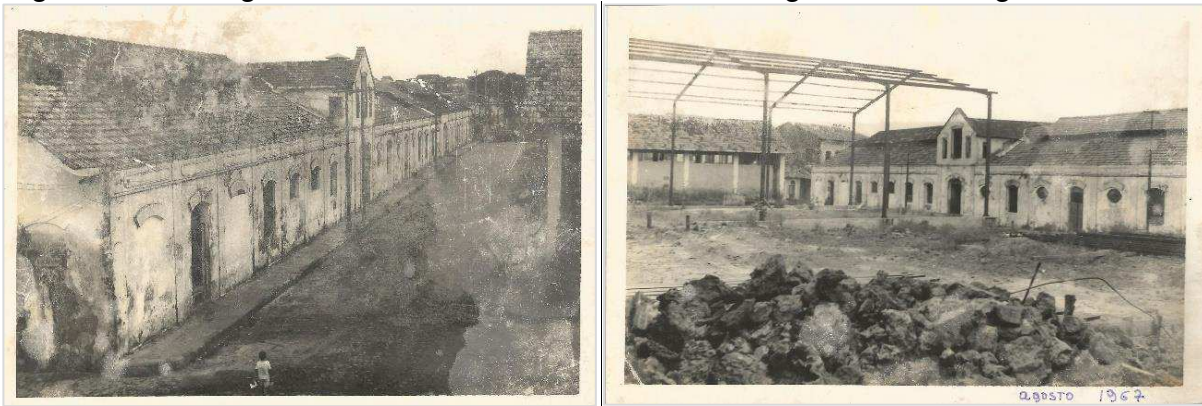
Essa edificação moderna alinhada à Rua das Cajazeiras é o remanescente da estrutura da Casa de Bingo que ali funcionava. Do texto descritivo é possível depreender que o imóvel está construído sobre paredes históricas restantes do que parecem ser as paredes da Fábrica Martins & Irmãos, fechada no ano de 1968, como já dito no capítulo 2. Foi feita análise comparativa entre as imagens coletadas em 2011 e as da Fábrica Martins & Irmãos, pelo que é fácil notar o mesmo alinhamento, a mesma disposição que a estrutura da Casa de Bingo mantém em relação à Fábrica. Isso dá indícios para se afirmar, inclusive, que permanece a harmonia das esquadrias presentes na fachada lateral, o que é um tanto quanto revelador já que a loja do Mateus está construído, exatamente, no local onde funcionava a sede da Fábrica e as ruínas, tidas como ruínas da Fábrica Martins & Irmãos, na verdade, são apenas ruínas de 3 sobrados.

Figura 23 – Registro fotográfico da Casa de o Bingo, em 2011



Fonte: Acervo DPHAP-MA (2019).

Figura 24 – Fotografias da Fábrica Martins & Irmãos registradas em agosto de 1967.



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

O projeto da obra do supermercado, no início do processo, foi assinado pela arquiteta e urbanista mineira Sabrina Fernanda de Oliveira e recusado pelo Patrimônio Histórico do Maranhão em 17 de novembro de 2011, segundo o parecer de nº 79/2011, por apresentar erro projetual. Só quatro meses depois, em 7 de março de 2012, o DPHAP/MA aprova um segundo projeto conforme o parecer de nº 21/2012, que inclui proposta para construção do supermercado Mateus e, simultaneamente, para o restauro da ruína do casarão da família Martins, onde funcionaria um pretenseu museu. Até então, o projeto de restauração se restringia a esse único casarão porque eram desconhecidas as ruínas dos outros 2 (dois) edifícios, presentes no terreno. O parecer se manifestou favorável ao restauro da ruína, conforme este trecho:

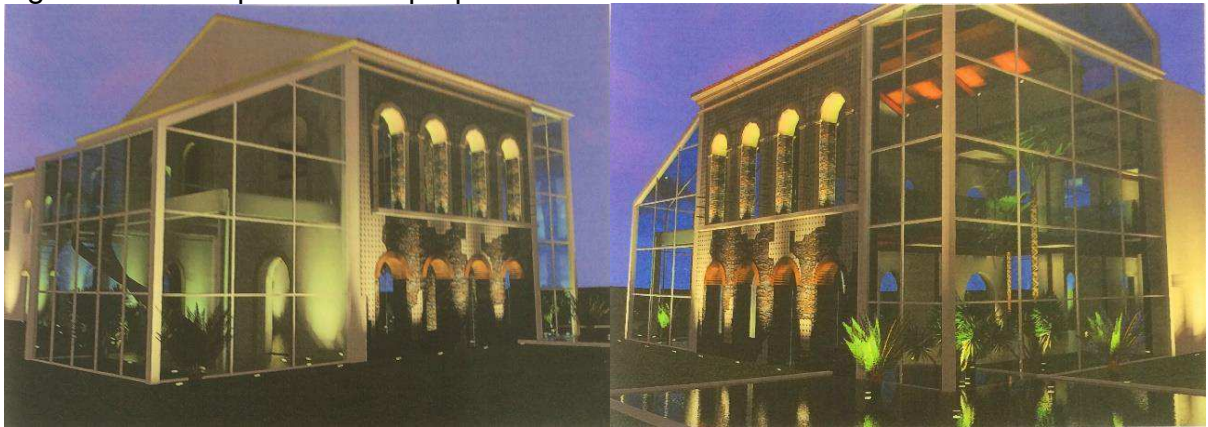
[...] trata-se de um projeto que apresenta partido interessante, aproveitando a ruína, recompondo paredes e mesclando o antigo com a utilização de arquitetura contemporânea, [...], sem agredir a originalidade da edificação (MARANHÃO, 2012, p. 3).

Na justificativa do projeto, reconhecendo a importância histórica do sobrado para a cidade de São Luís, o Grupo Mateus optou, a partir de reuniões com os

analistas do DPHAP/MA, a manter erguido o casarão existente, adotando como premissa a flexibilização do uso e da reforma. O memorial justificativo é assinado pelo arquiteto e urbanista Leonardo de Souza Santana, que, no documento, antecipa que o restauro do casarão se destinaria à criação de um espaço para uso do Grupo Mateus, como se lê: “[...] pensou-se em dar ao casarão um uso como espaço de exposição, um ambiente multiuso que possa servir as necessidades do Grupo (com uma planta livre e versátil)” (SANTANA, 2012).

O projeto especificava o uso de materiais contemporâneos (aço e vidro), adotando esquadrias de vidro para preencher as lacunas existentes após o desabamento das alvenarias na fase de arruinação do casarão. A estabilização das paredes e das fachadas seria executada em estrutura metálica (a ser erguida internamente ao edifício) que receberia também os esforços da nova laje e da cobertura. O projeto compreenderia a requalificação da escada em concreto do casarão, acrescida com guarda-corpo metálico e encapsulada em uma estrutura de vidro, sob a justificativa de que poderia, assim, ser utilizada sob quaisquer condições ambientais.

Figura 25 – Perspectivas da proposta de restauro do casarão 3



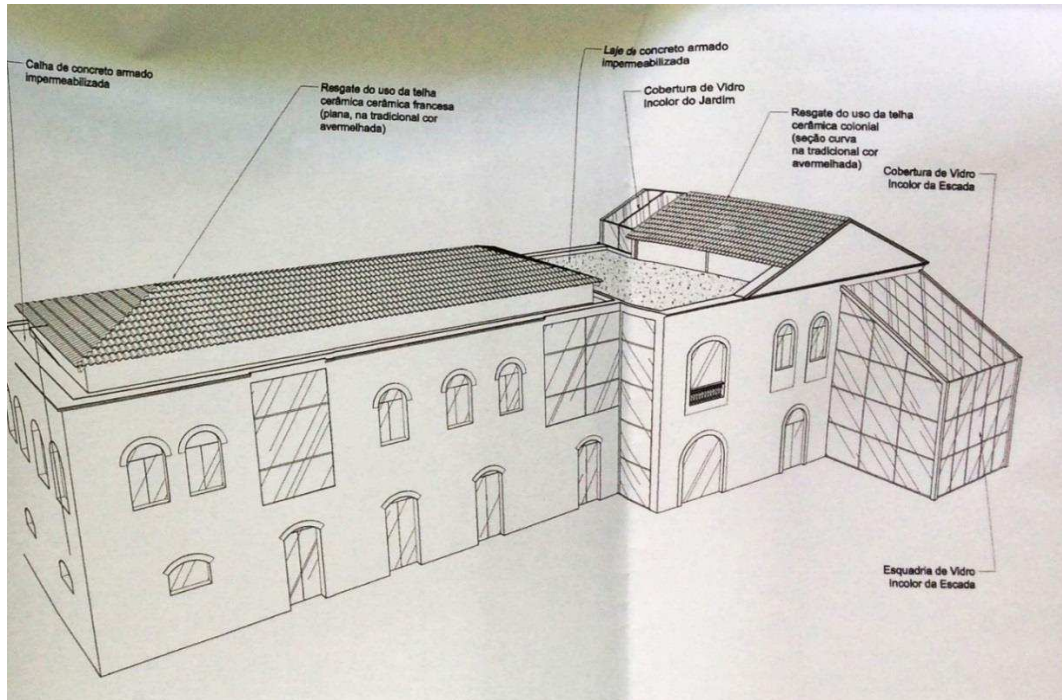
Fonte: Acervo DPHAP-MA (2019).

Figura 26 – Perspectiva e fachada da proposta de restauro do casarão 3.



Fonte: Acervo DPHAP-MA (2019).

Figura 27 – Perspectiva com vista da cobertura da proposta de restauro do casarão 3



Fonte: Acervo DPHAP-MA (2019).

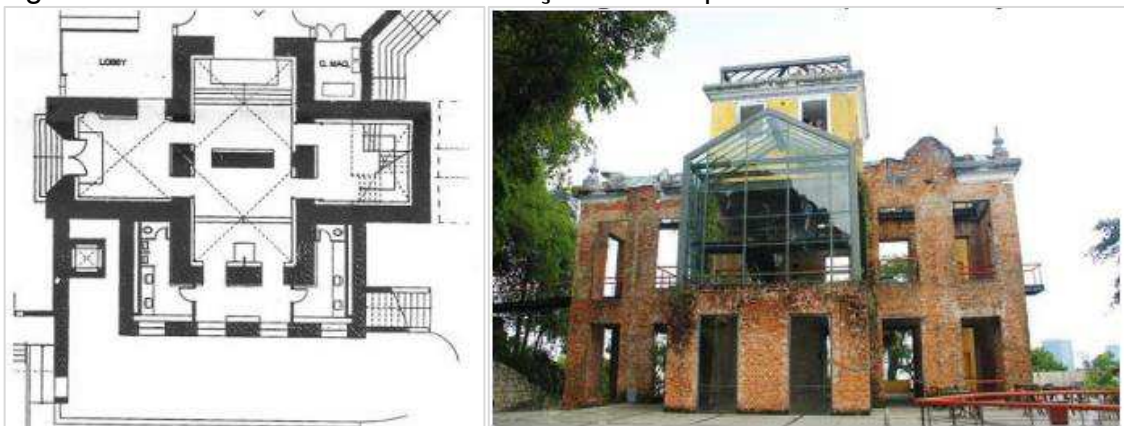
O projeto também englobava a proposta de demolição de algumas paredes internas valendo-se do argumento de se criarem vãos livres na nova edificação. Essa intervenção interferiria, diretamente, no travamento da estrutura de todo o casarão, posto que uma das características da tipologia é apresentar as alvenarias como parte da estrutura do edifício. Para não se perder a noção da planta original do casarão com a demolição proposta, seria instalado piso de vidro de modo a permitir aos visitantes a visualização da fundação original. A principal referência desse projeto foi o Parque

das Ruínas, localizada no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, de autoria do Escritório Ernani Freire Associados.

O edifício de referência é uma casa do final do século XIX que apresenta planta em cruz (Figura 28) com forte inspiração *Palladiana*. Por muito tempo, esse imóvel permaneceu abandonado e entregue à ocupação de mendigos, vândalos e traficantes, do que resultou o estágio de ruína. A respeito da intervenção no Parque das Ruínas – que serviu de inspiração para a intervenção no casarão aqui estudado – Freire (1998, *apud* DINIZ, 2014, p. 6) afirma que o conceito da intervenção buscou “[...] tratar a ruína tal como ela estava, sem pretender recuperar ou restaurar sua arquitetura original. Procurou-se, na medida das possibilidades, preservar o clima, a atmosfera”.

É bastante evidente a influência desse projeto sobre o do Grupo Mateus que também declara pretender resgatar a antiga volumetria e adotar como principais materiais o aço e o vidro, como ilustram as imagens da Figura 28:

Figura 28 – Planta e fachada a edificação do Parque das Ruínas.



Fonte: Diniz (2014).

O arquiteto finaliza a justificativa do projeto afirmando que o restauro do casarão conjugaria, a um só tempo, a expectativa dos visitantes, os propósitos do DPHAP/MA e as demandas do Grupo Mateus. É o que afirma Santana (2012) no trecho: “[...] sendo mais um ente privado que chega para somar, revitalizando a região, gerando atividade, emprego renda e valorizando uma grande área degradada do centro histórico de São Luís”.

Pelo fato de a obra requerer serviços de limpeza e terraplanagem e, além disso, se situar em área de tombamento e, por isso, de interesse histórico (Zona de Preservação Histórica, Lei nº 3.235, de dezembro de 1992, que dispõe sobre o

zoneamento urbano de São Luís), o DPHAP/MA solicitou ao Grupo Mateus que iniciasse prospecção arqueológica, seguindo o disposto na Lei nº 3.924 de 16 de julho de 1961 (Lei da Arqueologia), que regulamenta os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza e mais todos os elementos neles contidos situados em território nacional, conforme o artigo 180 da Constituição Federal. Para tanto, o Grupo Mateus contratou o arqueólogo Ulisses Pernambucano de Melo Neto.

Em 6 de agosto de 2013, as obras foram paralisadas por embargo extrajudicial, motivado pelo desabamento parcial da ruína do casarão número 03, e assinado pela Divisão de Conservação e Restauro do DPHAP/MA, então sob a chefia de Luciana Mendonça Neves.

4.1.1 Análise das condições impostas pelo IPHAN

Foi a partir da prospecção arqueológica que se descobriram mais 2 (duas) ruínas, além da do casarão da família Martins. São elas a ruínas da casa térrea (meia-morada) e a do sobrado com mirante, tal como ilustra a Figura 29. Motivado por esse fato, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão (IPHAN-MA) intervém e instaura processo de licenciamento ambiental do Grupo Mateus com o fito de salvaguardar esses exemplares do acervo histórico, arquitetônico e arqueológico. Em 27 junho de 2013, o IPHAN aponta seis condições a serem atendidas pela arquiteta Veronica Pires, que assina novo projeto, provavelmente, em data próxima a essa.

Figura 29 – Ruínas da casa térrea



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 30 – Ruínas do sobrado com Mirante



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Na avaliação desse estudo, das 6 (seis) condicionantes listadas pelo IPHAN, 3 (três) merecem realce por apresentarem aspectos de interesse específico a ele: a de nº 3 é a primeira tomada para esse fim:

[...] as ruínas deverão ter acesso garantido, para que possam ser visitadas dentro de uma ação de educação patrimonial, como testemunho de uma memória referente ao processo de industrialização do Estado do Maranhão, resguardando dessa maneira o direito de todos de usufruírem do seu patrimônio cultural. O acesso a ser criado poderá ser na saída lateral para o Anel Viário, e deverá constar do projeto executivo a ser apresentado ao IPHAN para análise e aprovação (IPHAN, 2013, p. 2).

No ofício, o IPHAN destaca ainda que, na época, a empresa de nome Alimenta, vizinha imediata ao terreno, recaíra em obstrução indevida. É importante, mais uma vez, destacar que a acessibilidade a monumentos deve ser facilitada ao máximo de forma a beneficiar o monumento e os visitantes, tal como já defendido no capítulo 3. Atualmente, o acesso direto ao Memorial da Fábrica Martins & Irmãos é restritivo e dificultoso e se dá apenas pelo subsolo do supermercado, ou seja, o caminho a ser percorrido pelo visitante passa, necessariamente, pelo estacionamento subterrâneo da loja, ficando inutilizada a via lateral que fora executada para esse fim. Além desse empecilho, aponta-se ainda outro impeditivo: a caminhabilidade.

Figura 31 – Acesso que deveria ser usado para visitação do memorial



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 32 – Mapa indicativo dos acessos às ruínas



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

Deveria ser de responsabilidade da Administração do próprio supermercado garantir a plena acessibilidade ao Memorial. Ao iniciar essa pesquisa, a primeira tentativa de visita às Ruínas ocorreu em uma quarta-feira, 28 de agosto de 2019, quando a entrada foi barrada pelo gerente do estabelecimento sob duas alegações. A primeira, de o pesquisador estar desacompanhado e, portanto, impossibilitado de conhecer o monumento que só recebia visitantes organizados em grupos. E segunda, a de não dispor, na ocasião, de funcionários livres para guiar a visita, dado o movimento de clientes na loja. Em face disso, foi aconselhado pelo gerente que a visita fosse adiada para o dia seguinte. Observado sob outro ângulo, esse episódio é alarmante porque – fora o fato de se tratar de um pesquisador –, o procedimento obstrutivo se repetiria caso um visitante tradicional pleiteasse conhecer as Ruínas, o que faz provocar a seguinte indagação: Mas, afinal, franquear a visita não seria o objetivo da concepção do Memorial? Os óbices interpostos à entrada do Memorial anulam por completo o fim a que se propõe, qual seja, o de educar a população. Ora, se é vedado o acesso, quem será educado?

A segunda condicionante a destacar corresponde à de nº 04, apontada pelo IPHAN:

[...] contratação de projeto executivo que garanta a estabilização, consolidação, iluminação e acesso do conjunto de ruínas, para que as mesmas funcionem como um memorial da indústria algodoeira do Maranhão, resgatando e preservando esta importante memória (IPHAN, 2013, p. 2).

O projeto de consolidação, estabilização e iluminação das ruínas foi, de fato, executado e aqui vale retomar o conceito de conservação estratégica defendida por Choay e abordada no capítulo 3. Afirme-se: no caso do Memorial em estudo, é extremamente adequada a aplicação das medidas pedagógicas e de controle, descritas pela autora. A começar por essas últimas, as de controle. A primeira ressalva que se faz é a imposição de um único percurso ao visitante através de passarelas ao longo do Memorial, que acabam tirando dele o contato físico direto com as ruínas propriamente. O trajeto acaba se resumindo a uma mera “vista” passageira e impessoal, ao passo que, se fosse estabelecida proximidade maior, poderia redundar em um passeio estimulado pela imaginação e pela curiosidade. Por si só, essa pequena mudança acarretaria em um outro “clima” de interesse e seria bem mais eficaz para o que se pretende propor nesse estudo: interferências pontuais de modo a agregar à visita pública a sensibilidade de quem ali está presenciando os atributos que singularizam o Memorial e que, na prática, são os ativadores do olhar e da mente do visitante. Tome-se, em contraponto, o fato de que quando se iniciou essa pesquisa *in loco*, em 28 de agosto, o percurso feito não foi de todo afastado, isolado, mas em dado momento, o circuito foi interrompido pelo fato de uma das portas da área coberta do Memorial estar emperrada e não abrir. A única alternativa foi sair da área de visitantes e retornar à passarela oposta para continuar o circuito. É fácil entender esse percalço ao examinar a Figura 33:

Figura 33 – Circuito realizado no Memorial



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

O que parecia ser as condições para se adotar uma medida de controle com o fito da preservação desse patrimônio resultou, explicitamente, da falta de vistoria e de reparos em uma simples porta. Como se vê na Figura 34, a porta emperrada (imagem à esquerda) – que causou a interrupção da visita – está localizada fora da área coberta do Memorial, e a porta que dá acesso a essa área, é a imagem à direita.

Figura 34 – Passarela e acessos da parte coberta do Memorial



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

A análise das medidas pedagógicas da conservação estratégica, identificadas no Memorial, nos leva à terceira condicionante imposta pelo IPHAN, a de nº 6: “[...] produção de exposição de longa duração para ficar em um espaço a ser adequado dentro das Ruínas, aberto à visitação pública como garantia do acesso à memória” (IPHAN, 2013, p. 3).

A exposição foi, de fato, instalada e alocada na parte coberta do Memorial. Porém, já indica sinais flagrantes da falta de zelo. Como se vê na Figura 35, os expositores que guardam exemplares do acervo da Fábrica estão tomados pelo mofo e, ao que tudo indica, o material à mostra – azulejaria, ladrilhos, pacotes do algodão na embalagem original, telhas e tijolos, entre outras peças – não recebe qualquer tipo de limpeza na sala que, pelo visto, permanece trancada todo o tempo, dado o ar insalubre e abafado que foi constatado.

Figura 35 – Expositor com ladrilhos e o algodão hidrófilo.



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 36 – Expositor com azulejaria da fachada do casarão 3



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 37 – Expositor com revestimentos e ganchos (armador de rede) encontrados no casarão 3



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Retomando o que Choay (2006) explica das medidas pedagógicas, elas também abrangem exposições fotográficas com legendas, contribuindo para o que a autora define por museu imaginário. Nesse estudo de caso, também se procedeu à análise da exposição fotográfica em si, na qual estão acopladas 26 (vinte e seis) placas com fotografias e textos explicativos da história do Memorial. Desse total de 26 painéis, 11 (onze) estão em péssimo estado de conservação, facilmente detectado pelo desbotamento das imagens, impedindo a identificação do que está retratado e escrito. A Figura 38 ilustra dois recortes da mesma placa, a título de comparação: à esquerda, o registro feito no início do primeiro semestre de 2019 e, à direita, no segundo semestre do mesmo ano.

Figura 38 – Comparativo da placa em dois semestres do mesmo ano



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 39 – Placas com fotografias e textos ilegíveis



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Vale ressaltar que as fotografias – captadas por câmeras diferentes – não passaram por qualquer tratamento em ferramenta digital, o que resultou em imagens sem unidade visual e em uma edição sofrível, sem acabamento nem esmero. A Figura 39 ilustra isso. São nitidamente perceptíveis a “corrosão” das cores originais e a deterioração dos painéis pela passagem do tempo, pela exposição ao sol e pela ocorrência de chuvas.

Figura 40 – Placa localizada em área protegida e que ainda conserva sua imagem

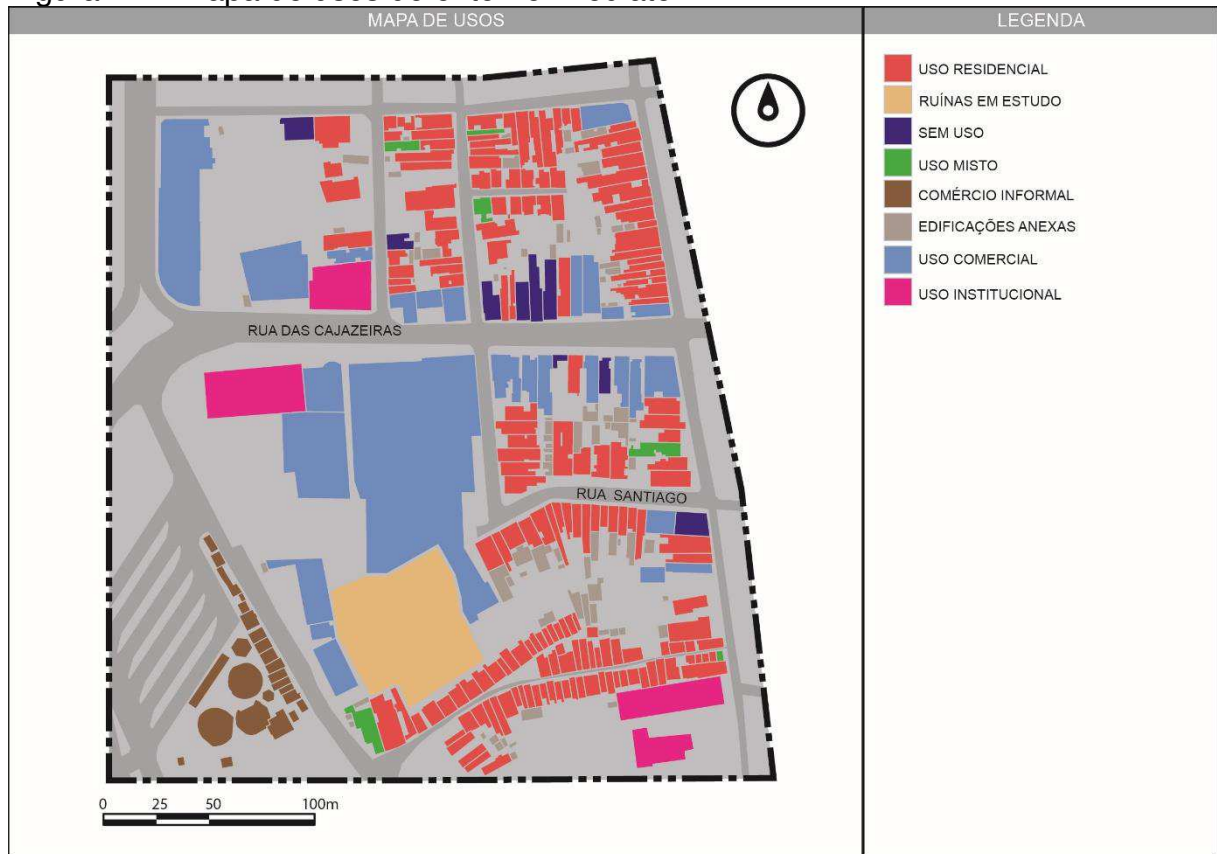


Fonte: Acervo Pessoal (2019).

4.2 Análise das barreiras físicas e visuais

Segue-se agora à análise da área externa do Memorial, sob o aspecto da inserção e da coerência, ou não, estabelecida entre ele e seu entorno imediato, do ponto de vista da comunicabilidade. Para esse fim, adotou-se a faixa correspondente às primeiras quadras que circundam o supermercado. São esses os limites desse recorte: Rua das Cajazeiras, Rua Antônio Rayol, Rua Coronel Frederico Figueiras, Rua Santiago, Rua Cândido Ribeiro, Rua das Cotovias, Rua Ivair Saldanha e Rua Fonte do Bispo. A partir dessa delimitação, foram elaborados 2 (dois) mapas: um com o levantamento do gabarito das edificações ali situadas e outro com o registro dos usos atuais dessas edificações.

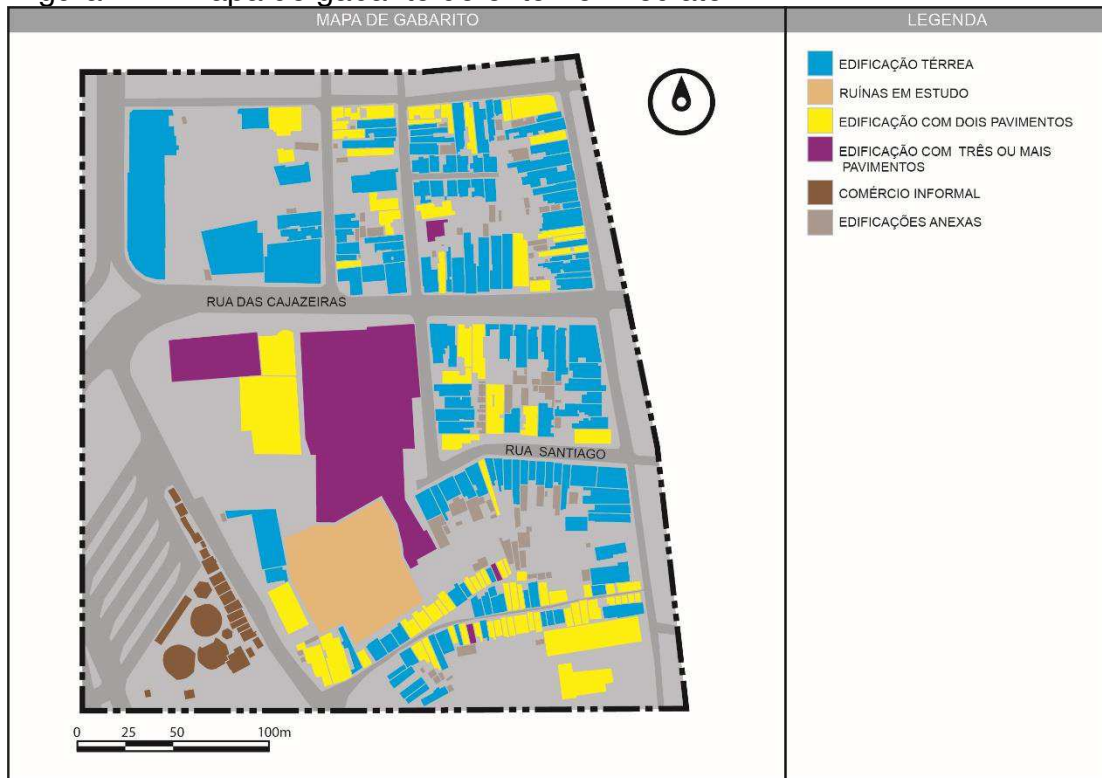
Figura 41 – Mapa de usos do entorno imediato



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

A começar pela análise dos usos, foi constatado o seguinte: predominância de fins residenciais no entorno, poucas edificações de uso misto (comercial e residencial) e grande concentração de edifícios comerciais na Rua das Cajazeiras. A maioria das edificações residências apresenta tipologia de porta-e-janela ou meia-morada. Só na Rua Santiago, das 17 (dezessete) edificações mapeadas, 16 (dezesseis) são do tipo porta-e-janela, cuja numeração corresponde à Tabela 1 do capítulo 2 desse trabalho, o que comprova que essas moradias eram de propriedade dos Martins e foram doadas por João Pereira Martins aos operários da Fábrica, segundo relatos da família.

Figura 42 – Mapa de gabarito do entorno imediato.



Fonte: Produzido pelo autor (2019).

Esse segundo mapa é decorrente do anterior dada a quantidade de edificações residenciais, do que foi constatado o seguinte: predominância de imóveis térreos ou de 2 (dois) pavimentos, presença reduzida de edifícios com mais de 3 (três) pavimentos – a exemplo do supermercado Mateus – localizados muito próximos ao Memorial, que obedece ao parâmetro do gabarito predominante nessa área - térreo e 2 (dois) pavimentos. Porém, a presença de edificações mais elevadas próximo às mais baixas, redundam em espécie de “agressão” visual, sobressaindo-se a falta de equilíbrio e de harmonia formal à área. Aqui, é relevante retomar a Carta de Atenas, citada no capítulo anterior, que preconiza que edificações novas devem respeitar o caráter e a fisionomia da vizinhança a monumentos antigos (ICOMOS, 1931, p. 2). Ora, em uma cercania em que predominam edifícios de, no máximo, 2 (dois) pavimentos, é evidente que permitir construções além desse limite implicará impacto negativo à paisagem. Portanto, é flagrante a inobservância do Grupo Mateus aos critérios recomendados pela Carta de Atenas e, com essa decisão puramente comercial, impingiu uma imponente barreira física ao Memorial, que restou isolado e “invisível” por trás da loja de gosto duvidoso.

Corroborando com essa conclusão, procedeu-se a levantamento fotográfico para identificar quais outras edificações incorreram na mesma incongruência arquitetônica.

Figura 43 – Comercio informal e parte das ruínas



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 44 – Estrutura das ruínas camuflada na paisagem



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

As duas primeiras imagens foram registradas de um ponto próximo à rotatória do Aterro do Bacanga e, note-se, – uma vez identificadas, as ruínas pairam camufladas na paisagem e isso porque o comércio informal, a vegetação e as

edificações mais altas impedem e anuviam a visualização do Memorial pelo pedestre, cuja percepção fica “confundida” e embotada pelo excesso de tantos “ruídos” visuais. Essa mesma percepção fica ainda mais comprometida à medida que o transeunte se aproxima da Rua de Santiago e da Rua das Cajazeiras – como se vê na Figura 45.

Figura 45 – Entrada da rua das Cajazeiras



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 46 – Visão das ruínas a partir da rotatória



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

A topografia da região também ajuda a identificar mais fácil e prontamente as Ruínas por estarem situadas na metade do aclive que se segue do Aterro até o

final da Rua das Cajazeiras. As edificações laterais ao Memorial, na parte mais baixa da topografia, são de gabarito baixo, o que permite a visualização. O impacto visual da loja do Grupo Mateus e da edificação contígua seria ainda mais danoso se o terreno fosse plano e, nesse caso, as Ruínas estariam completamente escondidas da visão da população.

Figura 47 – A Rua de Santiago e o Mateus Supermercados



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

A imagem anterior registra uma situação que merece destaque nessa análise e que revela o mais negativo de todos os efeitos do projeto do Grupo Mateus sobre o Memorial: trata-se do ponto em que se dá a interrupção da Rua de Santiago. Como atesta relato anterior desse trabalho, a região em foco era conhecida como Largo de Santiago, cujo único resquício atual é exatamente essa rua de mesmo nome e que está interrompida pela volumosa barreira física que é a loja de varejo. No traçado original, a Rua de Santiago passava em frente às Ruínas e terminava no Rio Bacanga.

Nessa pesquisa, não foi possível registrar o momento exato do fechamento da rua, visto que quando se efetivou a aquisição do terreno pelo Grupo Mateus, a Rua de Santiago já estava interditada. Ainda assim, cabe argumentar que, em se tratando de projeto de resgate de patrimônio histórico, tal como proposto pelo Grupo, teria sido crucial a manutenção do traçado original da Rua de Santiago, não só pelo aspecto da preservação da memória urbana, mas, sobretudo, pela acessibilidade direta ao

Memorial, o que não foi feito. O primeiro projeto dado entrada pelo Grupo Mateus no DPHAP/MA, ao qual esse estudo teve acesso, data de quando ainda eram desconhecidas as outras duas ruínas e a Rua de Santiago já estava bloqueada para que a fosse erguido supermercado. Na Figura 48, se vê claramente a topografia de terreno antes da construção do Mateus e do Memorial.

Figura 48 – Fotografia aérea feita por Edgar Rocha, no início do trabalho de Arqueologia em 2013



Fonte: Melo Neto (2015).

Na Figura 48, é possível identificar o prolongamento da Rua de Santiago avançando para o terreno, a presença das ruínas ainda “escondidas” em meio à vegetação e a estrutura da Casa de Bingo, em cuja área ficava localizada a Fábrica Martins. Seguindo a sequência do levantamento fotográfico, nota-se que as Ruínas estão visíveis em outros pontos menos movimentados da região, como na Rua Fonte do Bispo, por exemplo.

Figura 49 – Ruínas do Casarão 3 ao fundo das residências



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 50 – Partes da ruína, escondidas pela cobertura de uma oficina



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

O Memorial se sobressai em meio à paisagem sobejamente residencial da Rua Fonte do Bispo, embora outras edificações bloqueiem a visão do monumento. Já Figura 49 revela a importância de se manterem preservados os critérios de proporção, gabarito e volumetria paisagística, de modo a se permitir a “leitura” dos elementos arquitetônicos. Do cenário ilustrado por essa imagem foi feito o registro fotográfico

exatamente com o objetivo de demonstrar a qualidade da visualização das Ruínas Martins no turno da noite.

Figura 51 – Registro noturno das Ruínas no dia 27 de novembro de 2019



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 52 – Registro noturno das Ruínas no dia 29 de novembro de 2019



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Figura 53 – Registro noturno das Ruínas no dia 2 de dezembro de 2019



Fonte: Acervo Pessoal (2019).

Esse levantamento noturno foi executado em etapas seguidas de modo que ficasse descartada a possibilidade de o Mateus não ter acionado as luzes apenas em uma delas. Mas o que se deu foi diferente disso: tanto em dias úteis quanto nos fins de semana, o procedimento é o de manter apagadas as luzes do projeto da arquiteta Verônica Pires que deveriam realçar as Ruínas e sinalizá-las como monumento histórico presente e vivo na cidade e apto à visitação. Já são muitas as barreiras visuais que dificultam essa sinalização no período do dia e, infelizmente, à noite, quando se poderia lançar mão da iluminação para realçar, valorizar as Ruínas é quando elas ficam absolutamente escondidas na escuridão. Bastasse, pelo menos, essa pequena mudança procedimental, rotineira, e o óbice da péssima – ou quase nula – visualização das ruínas estaria sanado, o que já motivaria os moradores da região para tomarem outras iniciativas de inserção e de envolvimento com a memória do antigo Largo de Santiago.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, a preservação de ruínas é tema complexo, instigante, provocativo e reporta a múltiplas possibilidades de percepção e de interpretação do espaço. Essas leituras e a forma com que o monumento arruinado é reconhecido afeta, diretamente, a forma pela qual deverá ser executada a intervenção no patrimônio. Ao se optar em fazer a estabilização e a conservação desses monumentos, deve-se ter em mente que essas iniciativas, de forma ou outra, devolvem ao monumento um uso específico, ou seja, reinsere a edificação no espaço urbano, permitindo à população ter novos contatos com aquele ambiente, até então desconhecido.

Conforme analisado, a ação estabilizadora, por si, não encerra o processo de preservação das ruínas. Uma vez que o monumento fora estabilizado, outras ações conservativas e de manutenção devem ser asseguradas a elas – e, ressalte-se, de forma permanente – para que perdem sua função memorativa, de formação de conhecimento e de disseminação da consciência histórica da sociedade. Do contrário, a consolidação não passará de um tipo de intervenção que apenas posterga o arruinamento, isto é, sem a manutenção devida, a ruína volta a constituir-se em espaço obsoleto e vulnerável à desagregação.

Feita uma criteriosa análise do estado atual do Memorial da Fábrica Martins & Irmãos, esse estudo constatou o quão falta de manutenção adequada, conclusão que só leva a supor que o monumento só fora idealizado como instrumento “aparente” para que fosse obtida a licença ambiental pelo Grupo Mateus, interessado, exclusiva e prioritariamente, em atender seus próprios propósitos comerciais. Aliado a esse cenário – de falta de manutenção e de comprometimento com o fim declarado no projeto – a atual configuração espacial das Ruínas da Fábrica Martins em nada contribui para que o espaço obtenha a visibilidade esperada. São diversas as barreiras físicas que acentuam o isolamento dessas Ruínas, ou seja, elas restam visivelmente dissociadas da vida citadina e anônimas do conhecimento público.

Esse quadro de anomalia e indiferença revela o quão é preocupante o atual estágio do Memorial Martins & Irmãos, que aparenta ter sido devolvido ao desleixo e à fragmentação. Ora, se não é facilitada a visita pública a ele e, se a ele não é destinada qualquer manutenção preventiva ou reparadora, para quê e para quem ele foi erguido?

Esse estudo rechaça a ideia de que a visitação pública não ocorre – como argumentam alguns – porque faltam interesse e curiosidade à população. E é óbvia a refutação a esse argumento: como ocorrer desinteresse em conhecer algo por parte de quem sequer é informado de que esse algo existe? Esse questionamento só reforça que a garantia do acesso é definidora para o beneficiamento do monumento e, não apenas dele, mas para toda a cidade.

Esse estudo foi de fundamental importância para o reconhecimento de que a ausência de zelo para com o patrimônio afeta direta e danosamente a cidade e, por extensão, a sua história. O antigo bairro do Largo de Santiago, devido à decisão do Grupo Mateus em adotar erroneamente estratégias desvinculadas do projeto a que se propôs – encontra-se, hoje, inteiramente desvinculado, desencaixado, descontextualizado da sua origem e da sua evolução. Em resumo: é como se nunca tivesse existido, tal o abandono a que está renegado.

A análise do processo de aprovação do Memorial e das principais condicionantes impostas pelo IPHAN ao projeto, bem como a identificação das barreiras físicas e visuais ao Memorial, constituíram o caminho percorrido por esse estudo para perscrutar as possíveis fragilidades que o afetam e, assim, apresentar aqui algumas recomendações, a título de contribuir para que cesse o estado de depauperação a que está subjugado. A primeira e, talvez, a mais importante dessas condicionantes é a manutenção do espaço. É necessário proceder imediatamente a medidas simples e rotineiras, como o reparo das esquadrias defeituosas, a substituição de placas já ilegíveis, a limpeza dos expositores e a capina de toda a área, até as mais complexas, como a reposição das escoras desgastadas pela ação do tempo. A segunda recomendação é priorizar a divulgação do espaço e multiplicar seu uso para outras finalidades que não apenas a visitação pública, tais como eventos artísticos e culturais, desde que compatíveis com seu estado físico. O Memorial guarda um enorme potencial educativo e, até cenográfico, constituindo um ambiente extremamente adequado para outras atividades, como pequenos recitais, lançamento de livros, exposições de arte e espetáculos teatrais. Mas, para que isso se concretize, recomenda-se corrigir os procedimentos atuais que dificultam a acessibilidade a ele, tanto no aspecto das vias de percurso independentes quanto no de estabelecer turnos de visitação guiada. Uma alternativa seria o acesso lateral sugerido pelo IPHAN, desde que preparado, de fato, para a recepção dos visitantes. Posto que o aspecto das barreiras físicas é de difícil solução a curto prazo, ampliar e pulverizar essa

divulgação e consolidar acessibilidade efetiva já resultariam em mudanças positivas de alguma ordem.

Um terceiro ponto seria a adoção de outras medidas de controle com vistas à conservação estratégica, como a escala de horários para visitação – como já sugerido – e a contratação de equipe profissional exclusivamente alocada no Memorial, como por exemplo, guias treinados para visitas acompanhadas. Essa iniciativa resolveria a restrição de o Memorial precisar recorrer a funcionários do próprio supermercado, que em horários de maior movimento, não os autoriza a suspender suas tarefas.

Outra recomendação seria o aprimoramento do projeto lumínico, e aqui, por duplo resultado. A mesma iluminação, se bem explorada, valeria de atrativo e estímulo visual para despertar o interesse e a curiosidade dos transeuntes, e ainda, criaria uma maneira de o Memorial “marcar” presença, assinalar sua história e se notabilizar em meio ao entorno mais próximo.

Esse estudo se pretende um passo inicial para que, efetivamente, se tomem medidas de valorização do Memorial, ao tempo que sirva de fonte para outras pesquisas acerca do patrimônio industrial de São Luís. Paralelo a esses propósitos, pretende ainda fomentar uma visão crítica acerca de preservação de espaços arruinados e fazer perceber o impacto que uma ação interventiva tem sobre a cidade e sobre o seu entorno, razão pela qual nenhuma intervenção deve ocorrer de forma isolada, mas, ao contrário, se efetivar mediante outras medidas preservacionistas, sob o risco de se perderem importantes vestígios da nossa memória.

REFERÊNCIAS

- ÁLBUM do Estado do Maranhão. Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís, 1923.
- ÁLBUM Maranhão Ilustrado da Alfaiataria Teixeira. Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís, 1899.
- ALMANAK Administrativo da Província do Maranhão. Acervo Digital da Biblioteca Pública Benedito Leite. São Luís, 1871.
- ANDRADE, C. Arquitetura industrial e espaço urbano. *In*: MELO NETO, U. P. de; MOTA, A. da S. **A sedução das ruínas**: arqueologia – salvamento e resgate. São Luís: IPHAN; EDUFMA, 2015.
- BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade o pintor da vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BOITO, C. **Os restauradores**. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- BRAGA, D. U. O culto pós-moderno aos monumentos. O surgimento de um monumento estórico e o seu valor de cenografia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais...** [S.l.:s.n.], 2019.
- BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.
- DINIZ, L. N. Projetos contemporâneos em ruínas: o passado compartilhado no presente. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2014.
- GERMANO, N. A Fábrica Martins e a sociedade Maranhense. *In*: MELO NETO, U. P. de; MOTA, A. da S. **A sedução das ruínas**: arqueologia – salvamento e resgate. São Luís: IPHAN; EDUFMA, 2015.
- ICOMOS - Atenas. **Carta de Atenas**. 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

ICOMOS - Dublin. **Os Princípios de Dublin**. 2011. Disponível em:
<http://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf>.
 Acesso em: 23 out. 2019.

ICOMOS - Restauo. **Carta do restauo**. 1972. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

ICOMOS - Veneza. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

IPHAN (Maranhão). Kátia Santos Bogéa, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no Maranhão. **Ofício nº: 505/2013**. São Luís, 27 jun. 2013.

KHÜL, B. M. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, C. **Os restauradores**. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Patrimônio Cultural. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão. **Parecer técnico nº 21/2012**. São Luís, 7 mar. 2012.

MELO NETO, U. P. de. Arqueologia preventiva: Fábrica Martins & Irmãos. In: MELO NETO, U. P. de; MOTA, A. da S. **A sedução das ruínas**: arqueologia – salvamento e resgate. São Luís: IPHAN; EDUFMA, 2015.

MENEGUELLO, C. **Da ruína ao edifício**: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana. São Paulo: Analume; Fopesp, 2008.

MOTA, A. da S. A atividade Fabril em São Luís do Maranhão, Século XVIII ao XX. In: MELO NETO, U. P. de; MOTA, A. da S. **A sedução das ruínas**: arqueologia – salvamento e resgate. São Luís: IPHAN; EDUFMA, 2015.

PFLUEGER, G. S. **Redes e ruínas – apogeu e declínio de uma cidade**: o caso de Alcântara – Maranhão. São Luís: EDUEMA, 2018.

RIEGL, A. **Le cult modern des monuments, son essence et sa gênese**. Paris: Editions de Seuil, 1984.

RODRIGUES, Â. R. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauo crítico. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 24 p. 9-34, 2017.

ROLIM FILHO, C. M. **Formação econômica do maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado? 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23037/1/2016_ClaudiomarMatiasRolimFilho.pdf. Acesso em: 11 nov. 2019.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Tradução de Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê, 2008.

SANTANA, L. de S. **Caderno de especificações técnicas e memorial justificativo (relativo ao casarão)**. São Luís, 20 fev. 2012.

SOUZA, J.; ÖELZE, B. **Simmel e a modernidade**. Brasília, DF: UnB. 1998.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil**. 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

VIVEIROS, J. de. **História do comércio do Maranhão, 1612-1895**. São Luis: Associação comercial do Maranhão, 1954. v.2.